

# OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2016





*Festa do Ve'e (pirarucu) do povo Deni do rio Xeruã.*



# Sumário

---

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>04</b>
<b>MONITORAMENTO DA POLÍTICA INDIGENISTA .....</b>	<b>06</b>
<b>PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE .....</b>	<b>18</b>
<b>PROGRAMA AMAZONAS .....</b>	<b>34</b>
<b>PLANO DE GESTÃO DA TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDÉ .....</b>	<b>52</b>

<b>PROGRAMA MATO GROSSO</b> .....	<b>54</b>
<b>COMUNICAÇÃO</b> .....	<b>72</b>
<b>SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</b> .....	<b>76</b>
<b>EQUIPE</b> .....	<b>82</b>
<b>EXPEDIENTE</b> .....	<b>83</b>

# Apresentação

---

POR EDMUNDO ANTONIO PEGGION

PRESIDENTE DA OPAN DE FEVEREIRO DE 2013 A FEVEREIRO DE 2017

**É com grande satisfação** que apresentamos o Relatório Institucional da Operação Amazônia Nativa – OPAN referente ao ano de 2016. Ele indica uma intensa atividade que procurou efetivar ações e perspectivas de futuro para os povos com os quais a instituição trabalha, por meio do apoio ao fortalecimento de suas organizações, às práticas de gestão territorial e da conquista e valorização de políticas públicas voltadas aos indígenas e populações tradicionais.

Os tempos atuais têm demonstrado que esse tipo de atividade não é só importante, mas necessária, muito necessária. Nos últimos anos vivemos experiências políticas que confrontaram diretamente os movimentos sociais, mas estes sempre responderam à altura na luta pela garantia de seus direitos. No entanto, agora entramos em uma fase obtusa na qual não há possibilidade de se vislumbrar quais os desdobramentos e as consequências de uma movimentação que exclui o diálogo e na qual há a determinação radical de agir sobre direitos até então considerados adquiridos. A luta pela terra, a autodeterminação e a sustentabilidade ganham novos contornos em tempos como os atuais. Nesse sentido, a ação desenvolvida pela OPAN é de uma importância crucial. O apoio à luta política dos povos indígenas e populações regionais tem o duplo caráter de garantir a qualidade de vida de tais povos e de demonstrar as possibilidades econômicas em meio ao discurso comum de um caminho único e exclusivo que beneficia poucos e destrói o meio ambiente. Lutar com e por tais povos significa um compromisso político, que faz juz à história da OPAN e aos seus predecessores. A OPAN, como se sabe, surgiu em um momento

---

de luta semelhante e seguiu perseverante desenvolvendo projetos de alternativas econômicas, na luta pela terra, pela educação, pela saúde. Tem larga experiência em situações de pressão política – sejam elas locais ou nacionais. E agora demonstra, por este relatório, que continua firme e forte, apoiando e lutando junto com as populações com as quais sempre trabalhou.

É muito mais do que a luta pela sobrevivência, o que move tais povos. É também uma clara demonstração de resistência. Os povos indígenas são fonte de inspiração em momentos como esse que vivemos. Inspiração para todos nós, que atuamos diretamente com eles ou não, que deve nos levar a repensar as ações, repensar a política. Buscar sempre a garantia de que a vida é um bem comum e que não se deve deixar, jamais, que se abra espaço para interesses particulares que trarão prejuízos ao coletivo.

Além disso, o contexto de luta na qual povos indígenas e regionais estão inseridos leva necessariamente à busca de alternativas que fazem aflorar a criatividade. Essa criatividade é justamente aquela que fará brotar novos modos de ação que acabam por se disseminar nos contextos do indigenismo atual. Os projetos da OPAN

são cuidadosamente pensados e elaborados em processos coletivos. A busca de sustentabilidade vem sempre associada à conjunção entre a ação, a economia e a estabilidade cultural. O que se abre como espaço de ampliação e de novos horizontes está a par com o respeito a um modo de vida tradicional.

Os tempos vindouros são imprevisíveis. No entanto, a OPAN se firma por disseminar um conhecimento em suas ações, o que poderá servir de exemplo para diversos outros contextos culturais. E se prepara, de maneira permanente, para o enfrentamento de retrocessos e para garantir que suas ações se conjuguem a novas lutas políticas. E as disputas políticas, no futuro próximo, como bem sabemos, estarão no campo das tentativas de ruptura constitucional. E a OPAN se estabelece, justamente, por ser uma multiplicidade, como os povos com os quais trabalha: compõe, forma, informa e dissemina ações positivas e propositivas. É preciso pensar em um mundo justo em todos os sentidos. As contribuições aqui apresentadas são parte desse caminho.

Boa leitura!

# **Monitoramento da** POLÍTICA INDIGENISTA

ANDREIA FANZERES E VICTOR AMARAL COSTA





## Um olhar sobre 2016

---

**Pelas redes sociais**, circulou no final de 2016 um vídeo que tentou mostrar de forma bem-humorada o transcurso de um ano peculiar na história do Brasil. Do alto de uma escadaria, um sujeito se desequilibra, depois tropeça, escorrega, cambalhota e chega ao final arrebrandado. Como o pobre rapaz, foi um ano em que, da perspectiva da execução das políticas indigenistas e socioambientais e da garantia do respeito aos direitos constitucionais fomos ladeira abaixo. Dentro e fora do país.

A imensa quantidade de medidas legislativas, executivas e até mesmo do poder judiciário que retrocedem as conquistas expressas na Constituição Federal, conhecida não à toa como Constituição Cidadã, não eram, entretanto, um cenário distante. As eleições de 2014, que levaram a bancada ruralista à condição de grande maioria no Congresso Nacional, e os sequenciais cortes orçamentários à área social e ambiental do país já tornavam tenebrosas as perspectivas de avanço na proteção territorial e ampliação de direitos. Contrariamente, em vez de lutar por melhorias, estava claro que o sentido da luta passava a ser o de impedir retrocessos.

Apesar das numerosas prisões e revelações de corrupção da Operação Lava-Jato envolvendo as principais empreiteiras do Brasil, o governo insiste em beneficiá-las para seguir com o que acredita ser a solução para algumas das mazelas econômicas do país: as grandes obras de infraestrutura. Ainda na gestão de Dilma Rousseff (PT), o executivo editou uma Medida Provisória (MP) que facilita a realização de acordos de leniência, dando



condições para, a despeito de toda a máquina de corrupção instaurada em desfavor do interesse social, essas mesmas companhias pudessem continuar aptas a contratos públicos. Logo depois veio outra MP, permitindo que essas empresas passassem a ter o poder de desapropriar áreas públicas. Como na passagem do Império para a Velha República, tem sido preciso mudar para continuar tudo como está. No contexto do enfrentamento ao modelo de grandes obras, grandes impactos e nenhuma lição aprendida, este foi o tom de 2016, independentemente do troca-troca no poder.

Depois do desmantelamento do Código Florestal em 2012, restava na legislação ambiental brasileira todo o arcabouço que rege o licenciamento ambiental. Justamente no aniversário de 30 anos de um de seus principais instrumentos: a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), ela passou a ser o alvo da vez. Ganharam força, no próprio Conselho, na Câmara, no Senado e especialmente nos estados, centenas de projetos de lei e propostas de alteração legislativas relacionadas ao licenciamento, supostamente para conferir celeridade ao processo, ao preço de dispensarem o princípio da precaução, os direitos de participação, publicidade, e, principalmente, o próprio processo de avaliação de impacto ambiental. Em 2016, diversos manifestos e movimentos

da sociedade civil impediram o avanço desses projetos. Depois do impeachment de Dilma Rousseff, no mês de maio, e a volta de Sarney Filho ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), abriu-se o diálogo para a construção de uma proposta vinda do executivo, considerada promissora em diversos pontos. No entanto, no fim do ano, ao passar pela Casa Civil, a Lei Geral do Licenciamento foi tão deturpada de seu objetivo original que ficou parecendo exatamente tudo aquilo que ela pretendia combater.

Desde o primeiro dia como presidente da República, Michel Temer (PMDB) demonstrou sua intenção de seguir desconstruindo as já combatidas políticas socioambientais. Assim que assumiu, editou a MP 727/2016, criando o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Ele definiu projetos prioritários de infraestrutura – tal qual o criticado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo petista. E, com ela, pre-

“

*O PPI teve como pano de fundo a intenção de desestatização do patrimônio público, elaborado sem transparência e diálogo com a sociedade.*

tendeu tirar um naco a mais de poder dos órgãos ambientais, estabelecendo, por exemplo, no seu artigo 17 que “Os órgãos, entidades e autoridades estatais, inclusive as autônomas e independentes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com competências de cujo exercício dependa a viabilização de empreendimento do PPI, têm o dever de atuar, em conjunto e com eficiência, **para que sejam concluídos, de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional** do empreendimento, todos os processos e atos administrativos necessários à sua estruturação, **liberação e execução**” (grifo nosso). Este artigo abre as portas para que, sob a justificativa do “interesse nacional”, qualquer processo de licenciamento ambiental seja realizado às pressas, sem a garantia de que o empreendimento seja de fato ambientalmente viável. Mas não é justamente isso que o licenciamento ambiental se propõe a verificar? Falar em “sustentabilidade”, nessas condições, não faz sentido algum.

Além de portos, aeroportos e estradas, entraram nesse rol de empreendimentos prioritários a ferrovia apelidada de Ferrogrão, pois servirá ao escoamento da produção agropecuária do norte de Mato Grosso pelo porto paraense de Miritituba, no coração do Tapajós. Falando nele, 2016 trouxe uma boa notícia: a suspensão do processo de licenciamento ambiental da usina

hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, após uma corajosa decisão do Ibama. Foi corajosa porque outras grandes usinas como Santo Antônio, Jirau, as quatro usinas do Teles Pires e Belo Monte, por exemplo, tiveram diagnosticados problemas socioambientais tão graves quanto, mas os empreendimentos foram empurrados goela abaixo, em prejuízo do patrimônio sociocultural e natural do Brasil.

O PPI teve como pano de fundo a intenção de desestatização do patrimônio público, elaborado sem transparência e diálogo com a sociedade. Pouco menos de dois anos antes, o Congresso havia derrubado o decreto que instituía a Política Nacional de Participação Social, numa tentativa de fragilizar o papel e a importância dos conselhos consultivos e deliberativos formados pelos diversos setores da sociedade civil com a finalidade de acompanhar a execução das políticas nacionais.

## PROJETOS ANTI INDÍGENAS

As tentativas de criminalizar a sociedade civil na defesa dos direitos indígenas e forjar argumentos para paralisar definitivamente o reconhecimento de seus territórios se expressou em 2016 no ato de recriação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outras organizações





*Participantes do III Festival Juruena Vivo realizam passeata na cidade de Juara (MT).*

indigenistas. Encerrada de forma inconclusiva porque não foram encontradas irregularidades na atuação dos órgãos de Estado nem organizações indigenistas, e após tentativas frustradas que pretenderam quebrar o sigilo fiscal e bancário das organizações e pessoas ligadas a elas, a CPI foi reinstalada em outubro sem fatos novos. Recentemente, o CIMI apurou que deputados que integram esta CPI custaram aos cofres públicos (com manutenção de escritório, viagens, veículos, alimentação, telefone, consultorias e divulgação de suas atividades) bem mais do que o Estado gastou com a demarcação de terras indígenas no ano.

Nesse ano, avançaram novas e numerosas Propostas de Emenda à Constituição que colocam em risco os direitos indígenas, como a PEC 187/2016, do deputado Vicentinho Junior (PSB-TO), regularizando apenas atividades agropecuárias e florestais em territórios indígenas. Outros projetos, como os PLs 118, 119 e 120/2015 querem autorizar o aproveitamento de recursos hídricos de trechos dos rios Juruena, Teles Pires e Paraguai, transformando-os em canais hidroviários. Segue adiante também o PLP 227/2012, que define bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas. Na prática, o projeto tira o direito dos indígenas sobre suas terras, impondo tantas exceções ao seu usufruto, que ele deixaria de ser exclusivo, passando a ser eventual. A PEC 215, que, entre outros propósitos, pretende transferir do executivo para o legislativo a atribuição de demarcar terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação e o PL 1610/96, que trata da mineração em terras indígenas, seguem seu trâmite requerendo permanente atenção.

A relatora da ONU sobre direitos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, visitou o Brasil em março de 2016 e percorreu algumas das regiões mais violentas e tensas com relação aos conflitos envolvendo terras indígenas. Foi à Bahia, a Mato Grosso do Sul, ao Pará. Recebeu lideranças indígenas em Brasília, conversou com a imprensa, fez recomendações ao governo brasileiro e divulgou seu relatório em Genebra, no mês de setembro, apelando diante do aumento da violência, do desmatamento e do preconceito contra povos indígenas. Ela denunciou ao mundo a falta de vontade política do Brasil na execução da política indigenista e na garantia aos direitos humanos, além do desaparecimento da Funai. O governo não lhe deu ouvidos.

## FUNAI EM ESTADO CRÍTICO

A presidência da Funai foi outra questão delicada, pois era dada como certa a indicação de um militar para a função. A interinidade no cargo já virou regra na fundação. Só em 2016, a Funai teve três presidentes. A instituição opera com cerca de 36% de sua capacidade com relação à lotação de servidores<sup>1</sup> e tem orçamento em franca decadência. Se em 2016 a Funai gastou em média 25 reais por indígena assistido pela instituição, segundo pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em 2017 seu orçamento estará condenado a não mais que um real por hectare para ações finalísticas nas comunidades. Isso se consideradas apenas as terras indígenas demarcadas (existem ainda 114 áreas em fase de reconhecimento e estudos no Brasil atualmente), descontados os gastos com estrutura, equipamento, sedes e funcionários.

O horizonte da instituição para 2017 é nebuloso: além da aposentadoria de um terço de seus funcionários atuais, a fundação vislumbra graves consequências em relação às poucas ações que vêm executando como, por exemplo, o cancelamento do termo de cooperação com a Unesco para a preservação do patrimônio cultural indígena, a descontinuidade nas ações de erradicação do sub-registro civil de nascimentos e de documentação básica dos indígenas, o não cumprimento de ordens judiciais para reforma de imóveis condenados pela Defesa Civil e, dentre as mais graves, o possível fechamento de sedes e sub-sedes do órgão. Além disso, podem ser encerradas as atividades de seis das 12 frentes de proteção etnoambientais<sup>2</sup> responsáveis por resguardar a segurança territorial e sociocultural de comunidades indígenas isoladas e de recente contato com a sociedade brasileira. Traçando um comparativo histórico, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO), aprovada no Congresso em 15 de dezembro de 2016, revela que o orçamento da Funai para este ano é equivalente ao de 2003, representando um corte de 45% em relação aos recursos disponíveis em 2013 e de 70% em relação à 2007, já considerando as perdas inflacionárias acumuladas no período.

Ciente de que dentro do executivo, e, em especial no próprio Ministério da Justiça, decisões importantes sobre a política indigenista estão sendo tomadas

<sup>1</sup> Até março de 2017, o quadro de funcionários efetivos é de 2.142, sendo que o Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão indica e autoriza uma composição de 5.965 pessoas para a realização de sua missão institucional.

<sup>2</sup> As frentes de proteção etnoambiental ameaçadas de fechamento, segundo memorando interno da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) são: Envira, no Acre; Madeira-Purus e Vale do Javari, no Amazonas; Yanomami/Yekuana entre o Amazonas e Roraima; Awá-Guajá, no Maranhão; e Madeirinha-Juruena, em Mato Grosso.

O Decreto  
9.010/2017  
**extinguiu**

**87**  
**CARGOS**  
**DA FUNAI E**

**51**  
**COORDENAÇÕES**  
**TÉCNICAS LOCAIS**

---

O orçamento  
do órgão  
indigenista  
oficial é o  
**MENOR** em

**14 ANOS**

a portas fechadas, o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), na última reunião de 2016, decidiu por maioria se manifestar formal e publicamente seu repúdio ao desrespeito do governo diante do colegiado e dos povos indígenas num contexto de cortes orçamentários à Funai. Exigiu, também, a imediata paralisação do decreto de reestruturação da Funai elaborado sem qualquer preocupação em cumprir os termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instando, por fim, o Ministério Público Federal a tomar as medidas cabíveis para salvaguardar os povos indígenas diante da violação de seus direitos.

Como se sabe, a criação do CNPI foi uma vitória do movimento indígena, depois de anos de insistência, sendo resultado direto da Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada no ano anterior. Em 2016, a bancada indígena deste conselho – que também tem a participação de órgãos de governo e da sociedade civil – honrou seu papel, compareceu às reuniões, marcou posição em meio ao desmonte da política indigenista brasileira e denunciou, diversas vezes, como instâncias legítimas de participação social estão sendo solenemente negligenciadas.

Ao longo do ano foram publicadas dezenas de notas de repúdio, realizados protestos de rua e ocupações nos órgãos de governo em todos os cantos do país contra os rumos da política indigenista. O movimento indígena se fortaleceu, esteve mobilizado como nunca e evitou medidas ainda mais temerosas, como a repentina proposta de reestruturação de seu sistema de saúde. Do dia para a noite, a Portaria 1907 determinava, entre





outras medidas, o fim das atribuições dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) – decisão mais uma vez tomada sem a devida participação indígena. A reação foi imediata e, uma semana depois, o ministro da saúde voltou atrás.

Apesar da guinada conservadora e da piora no cenário político do ponto de vista das políticas ambientais e indigenistas, a falta de legitimidade do atual governo o leva a um estado de visível fragilidade. Ainda em 2016, quando saiu a notícia de que o Ministério da Justiça elaborava a portas fechadas novas regras para demarcação de terras indígenas, o vazamento causou constrangimento. A opção foi aguardar o período pós-festas de fim de ano para fazer passar a

*Jayme Rikbaktsa  
e Porokó Kayabi  
durante encontro da  
Rede Juruena Vivo.*

*Povos indígenas do Tapajós, Juruena e Teles Pires fazem ato marcando aliança pela defesa de seus territórios - Juara, outubro de 2016.*

Portaria 68, que criava instâncias no ministério com poder político para impor entraves e barrar os processos de regularização fundiária, ferindo diretamente a Constituição. Só que, mais uma vez, não foi tudo aquilo que o executivo pretendia porque as organizações da sociedade civil, o movimento indígena e o Ministério Público Federal resistiram e denunciaram publicamente sua ilegalidade. De um dia para o outro, a medida foi revogada e outra editada em seu lugar. Embora mais branda, ela cria mais uma instância no Ministério da Justiça, o que significa um embaraço para a regularização das terras indígenas.

Diariamente, novas medidas que pretendem enfraquecer a estrutura do Estado para implementar as políticas indigenistas e socioambientais são editadas sem que a população, de modo geral, tome consciência da importância de seus efeitos sobre a democracia e a qualidade de vida de todos os brasileiros. É preciso acordar e agir antes que seja tarde demais.



REVISTA VAIDAPÉ



## **Programa de**

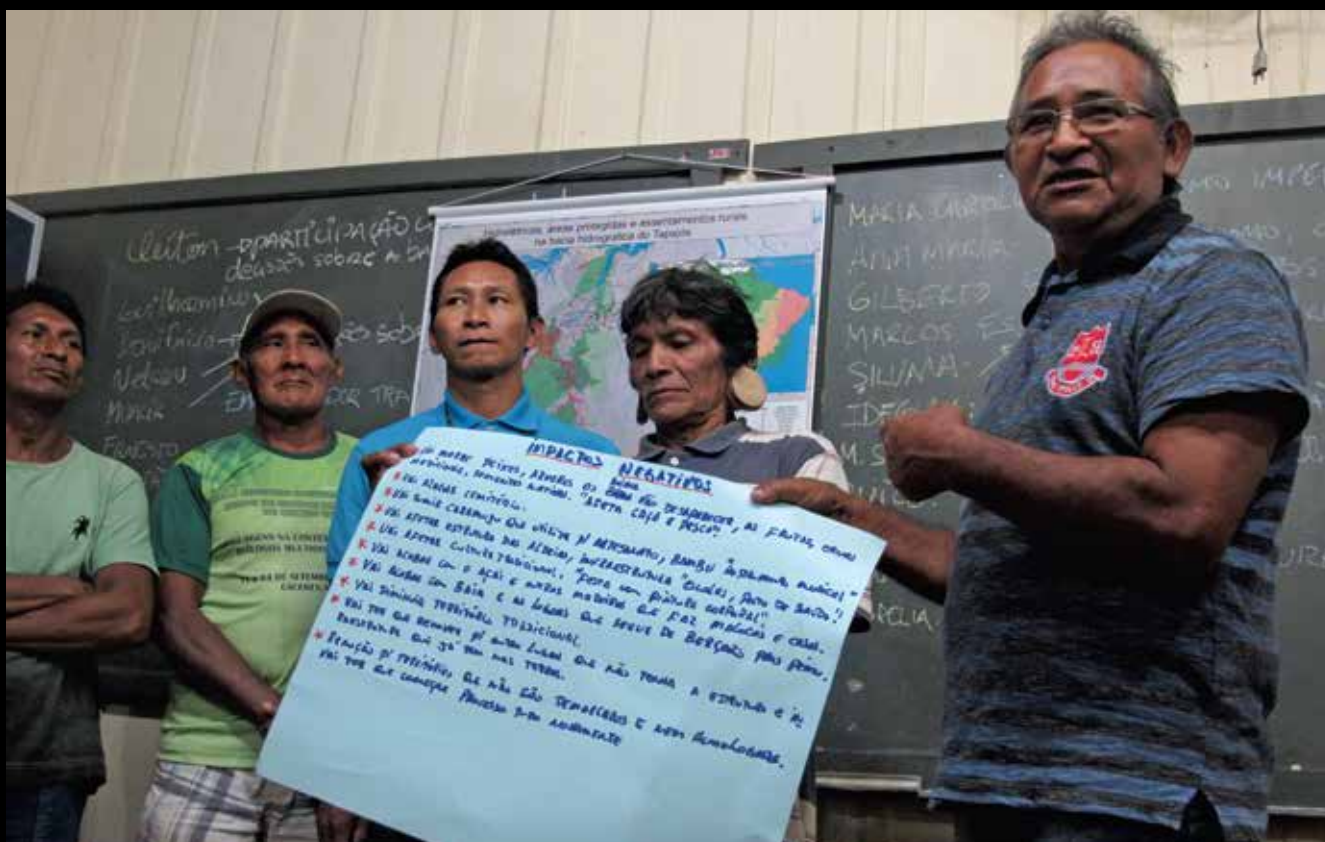
# DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

**ANDREIA FANZERES**

*Iranildo Nambikwara participa do Seminário Hidrelétricas na Amazônia, realizado durante sessão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília.*

FOTO: GIOVANNY VERA/OPAN





Moradores do distrito de Fontanillas e povo Rikbaktsa participam de oficina sobre licenciamento ambiental e direitos humanos.

**Permanente, abrangente, envolvente.** A luta em defesa dos direitos indígenas tem muitos predicados. Ao recorrermos às linhas silenciadas do nosso contexto histórico, nos deparamos com uma realidade que se estende aos dias de hoje, permeada por preconceito, violência, esbulho de territórios e um enorme desconhecimento sobre os processos que levaram os mais de 250 povos indígenas – cuja existência nos engrandece social e culturalmente – a viver em uma condição marginal e injusta na sociedade brasileira.

Consciente deste desafio desde a sua fundação em 1969, a OPAN tem se pautado pelo reconhecimento dos direitos dos indígenas, sua defesa incondicional e garantias constitucionais. Sejam nas variadas ações nas aldeias ou na participação em esferas políticas, este é um eixo inato e intrínseco à nossa atuação. Nos últimos anos, o aumento do conservadorismo político nos inspirou a dar um enfoque mais programático ao acompanhamento da política indigenista, acreditando também no seu papel institucional de contribuir com o debate nacional sobre os impactos socioambientais da instalação de empreendimentos de infraestrutura. Para este tema, em especial, temos centrado forças na região da sub-bacia do Juruena, na bacia do Tapajós, com outros parceiros.

De modo transversal, dá suporte a toda a instituição no aspecto da defesa de direitos – territoriais, humanos, de participação, entre outros. Nesse sentido, não podemos deixar de destacar que em 2016 houve um relevante investimento institucional em estudos e análises sobre as implicações da mine-

ração dentro e fora dos territórios indígenas em nossas áreas de atuação, o que rendeu em especial às equipes indigenistas mais informações para sua atuação nas aldeias.

O programa de Direitos Indígenas tem entre seus objetivos primários contribuir para melhorar o acesso à informação qualificada dos temas sobre os quais se debruça. Temos a missão de ajudar a desconstruir estereótipos, preconceitos, incrementar a visibilidade das expressões culturais indígenas, seus modos de vida, seu olhar sobre o mundo, assim como levar e trazer subsídios para tomadas de decisão inclusivas e democráticas.

## DIREITO À TERRA

Em 2016, o Programa de Direitos Indígenas da OPAN procurou dar mais atenção e visibilidade ao imbróglio jurídico envolvendo a Terra Indígena Manoki, localizada no noroeste de Mato Grosso, na sub-bacia do Juruena. A área foi identificada, demarcada e aguarda há nove anos a sua homologação, bem como a indenização dos ocupantes de boa-fé e a desintrusão. A imensa quantidade de ações judiciais ingressadas de modo coordenado por políticos e fazendeiros locais para impedir a regularização fundiária do território Manoki logrou a paralisação do processo administrativo da Funai, obstaculizando a garantia deste direito originário.

Há anos atuando em parceria com os indígenas, a OPAN tem gerado mapas, informações atualizadas, promovido articulações com a sociedade civil e com órgãos públicos para denunciar a escalada de agressões ambientais ao território tradicional

MEL MENDES/OPAN

*Sérgio Teodoro entrega dossiê sobre agressões à Terra Indígena Manoki à relatora da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, em março de 2016, junto com Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).*





Manoki. Nesse ano viabilizamos o encontro de lideranças com a relatora da ONU para os direitos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, que esteve no Brasil em março, a quem os Manoki entregaram um dossiê reunindo os últimos cinco anos de evidências das invasões, queimadas, abertura e ampliação de lavouras, roubo de madeira e desmatamento desenfreados que já assolaram mais de 20% do território até o momento. Boa parte

desse conteúdo foi fruto do empenho dos indígenas na realização de expedições de vigilância territorial apropriando-se de técnicas de registro audiovisuais. Eles fotografaram, filmaram, entrevistaram e apresentaram todo o cenário, na medida em que os fatos ocorriam. Produziram provas. Fizeram relatórios, encaminharam aos órgãos de fiscalização, aos parceiros, pleitearam a devida visibilidade. Mas pouco foi

feito pelo poder público. O caso Manoki foi citado pela relatora em seu documento final, exemplificando o desinteresse brasileiro na garantia dos direitos territoriais indígenas. O dossiê foi também entregue à Funai e ao Ministério Público Federal, que, diante das dezenas de ações impetradas contra a regularização do território, vem tomando providências para sanar os empecilhos jurídicos à posse plena dos Manoki à sua área com a participação ativa dos indígenas em cada passo dessa articulação.

O suporte à formação política, ao fortalecimento das organizações indígenas, à visibilidade de suas lutas e expressões culturais, bem como à participação comunitária em momentos cruciais de tomada de decisão, em manifestações e atos variados pela defesa de seus direitos têm representado uma importante contribuição ao movimento indígena. Isso vem sendo garantido sobretudo graças à sensibilidade de parceiros institucionais da OPAN. Em 2016, tivemos o fundamental apoio da Embaixada da Noruega, da Misereor, de Fastenopfer, da Escola de Ativismo, entre outros, na execução de nossas ações.

## PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E CONSELHOS

**O ENVOLVIMENTO DA OPAN EM FÓRUNS E CONSELHOS** no estado de Mato Grosso e também no Amazonas tem crescido ao longo dos anos, sendo nossas intervenções cada vez mais qualificadas na defesa dos direitos indígenas e na tentativa de influenciar proativa e positivamente as políticas públicas que afetam povos e territórios. Em 2016, fomos reeleitos no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) junto com outras organizações vinculadas ao Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), no qual seguimos ocupando um lugar na coordenação. Também passamos a integrar a Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (CEZSEE), responsável por aprovar uma nova proposta para o ordenamento territorial mato-grossense, o que, lamentavelmente, anda a passos lentos e sem suficiente interesse político.

A OPAN figura, ainda, como membro do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e contribuiu com várias discussões ao longo do ano em grupos de trabalho do programa “Produzir, Conservar e Incluir”, do governo do estado. Nesse espaço em especial, procuramos levar um olhar mais realista sobre os desafios a se-



CLAUDIO DE OLIVEIRA/ICV

rem enfrentados no campo em termos de regularização fundiária, valorização da gestão de áreas protegidas, implementação transparente de instrumentos de incentivo ao aprimoramento da gestão ambiental local, como o ICMS Ecológico, entre outros quesitos ao nosso ver essenciais à concretização de uma política climática regional verdadeiramente responsável, e que assegure a participação dos setores historicamente excluídos da sociedade.

Em âmbito nacional, fomos eleitos a uma posição de suplência representando organizações indigenistas no Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) a partir de 2016 e fortalecemos nossa participação no Grupo de Trabalho de Infraestrutura (GT-Infra), que reúne algumas das principais organizações inte-

ressadas em contribuir para a democratização e a efetividade de políticas públicas de energia e infraestrutura, baseadas no princípio da justiça socioambiental. Através dessa articulação, aprimoramos nosso monitoramento e intervenção quanto aos debates sobre flexibilização do licenciamento ambiental, levando ao âmbito estadual abordagens precisas e atualizadas. Pudemos também estreitar laços colaborativos com diversas organizações, ampliar e tecer novas relações, tendo como resultado imediato um aumento do número de projetos aprovados para o Programa de Direitos Indígenas na área de infraestrutura com enfoque no direito à participação de povos indígenas e comunidades tradicionais na região da bacia do Tapajós.



**D**e acordo com dados oficiais, só na sub-bacia do Juruena foram inventariados 114 empreendimentos hidrelétricos, dos quais cerca de 85% estão localizados em rios que passam por dentro de áreas protegidas ou fazem limites com esses territórios. Lá, aproximadamente 80% de tudo o que já foi planejado ainda não saiu do papel. Nutrimos uma esperança de que tanto o governo como os diversos setores da sociedade interessados em fazer parte do processo de planejamento energético devam considerar lições dos empreendimentos existentes, como os processos de licenciamento que já passaram, e os impactos que já estão sendo vividos por diversas populações, para que seja possível garantir a integridade do Juruena e a saúde da bacia do Tapajós.

## Ocekadi, uma obra de referência

---

**Em 2016 a OPAN teve a alegria** de ver concretizada sua contribuição a uma grande obra de referência para a compreensão dos principais equívocos, conflitos, características e perspectivas de um dos mais belos e importantes rios do Brasil, o Tapajós. Foi publicado “Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós”, co-organizado por Maurício Torres, Daniela Alarcon e Brent Millikan, contendo 25 artigos de pesquisadores, jornalistas, comunitários, poder público e representantes de organizações da sociedade civil.

A publicação apresenta de forma abrangente e detalhada aspectos fundamentais do planejamento, licenciamento ambiental e implantação não apenas de hidrelétricas, mas de projetos de infraestrutura sinérgicos na bacia do Tapajós, traçando comparações e possibilitando a análise deste modelo de exploração proposto para a Amazônia.

Convidado para compor este time, o Programa de Direitos Indígenas da OPAN redigiu o ar-

tigo “Barragens e violações dos direitos indígenas na bacia do rio Juruena”<sup>1</sup> e ajudou a elaborar o complexo mapa com todos os empreendimentos previstos para a região, num esforço sem igual para levantar e reunir informações que nem o governo ou os empreendedores desejam ver sistematizadas, públicas e transparentes. O evento de lançamento do livro aconteceu no Memorial Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, em setembro de 2016 e em uma sessão na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, quando, junto com outros autores e colaboradores da publicação, tivemos a oportunidade de falar sobre as especificidades da região do Juruena, suas ameaças, seus povos e direitos em rede nacional.

Este trabalho, representa, sem dúvidas, a linha que temos perseguido a partir do acompanhamento técnico e jurídico realizado pela OPAN desde 2013, a respeito do planejamento energético para a sub-bacia do Juruena, o registro da perspectiva indígena e o monitoramento dos impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos preexistentes, a formação e a informação para comunidades afetadas ou potencialmente afetadas por essas obras e o fomento à sua participação nas esferas de tomada de decisão.

<sup>1</sup> O artigo, assinado por Andreia Fanzeres e Andrea Jakubaszko, que coordenou o Programa de Direitos Indígenas da OPAN entre 2013 e 2015, foi elaborado em 2014 e publicado em 2016.



*O encachoeirado rio Buriti, afluente do rio Papagaio, tem 15 empreendimentos hidrelétricos inventariados, ameaçando um dos locais mais espetaculares da sub-bacia do Juruena.*

## Expedição ao rio Buriti

**Depois dos rios** Sangue e Cravari (2013), Papagaio (2014) e porção do Médio Juruena (2015), continuamos priorizando a realização de expedições fluviais na sub-bacia do Juruena com finalidade de fomentar a vigilância territorial, a transmissão de conhecimentos entre gerações, o acesso a locais remotos do território, além do registro do status de conservação da região, bem como da perspectiva indígena sobre as ameaças em curso. Seguindo essa mesma estratégia metodológica, em 2016 o local escolhido foi a região do Alto Juruena, mais precisamente ao longo do rio Buriti, que banha a Terra Indígena Tirecatunga, entre os municípios de Sapezal e Campo Novo do Parecis.

As maiores fazendas produtoras de grãos para exportação no estado de Mato Grosso estão no seu entorno, razão pela qual ele tem sido atingido intensamente pela dispersão de agrotóxicos. Mas esta não é sua principal ameaça. Só no rio Buriti foram inventariados 15 empreendimentos hidrelétricos, afetando diretamente os povos indígenas e toda a dinâmica sociocultural e ambiental da região. Pelo menos dois deles estão em etapa avançada de pesquisa, prestes a iniciar o processo de licenciamento ambiental. O Buriti, ou Katairiksu como os Nambikwara o chamam, é conhecido como extremamente encachoeirado, de difícil navegação. Não é surpresa que seu potencial hidráulico esteja sendo considerado prioritário nos estudos de inventário da bacia do Juruena, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Outros rios da região, como o Papagaio e o Sacre, de extrema beleza e importância sociocultural e ambiental, também podem ser vítimas da construção de novos barramentos.

Como na expedição, em 2016 tivemos outras importantes oportunidades de formação proporcionando às comunidades mais acesso a mais informações sobre os projetos de infraestrutura previstos para a região, sobre seus direitos de participação em processos de tomada de decisão, e sobre temas espinhosos como licenciamento ambiental. Foram encontros no distrito de Fontanillas, em Juína, às margens do Médio rio Juruena, com moradores locais e representantes



GUILHERME RUFFING/OPAN

*André Celino Nambikwara, falecido em 10 de março de 2017, acena no rio Papagaio durante expedição fluvial ressaltando a importância da região para a reprodução cultural de seu povo.*



ANDREIA FANZERES/OPAN





*Indígenas exibem resultado da pesca no rio Buriti.*

do povo Rikbaktsa; nas aldeias da Terra Indígena Tirecatinga sobre planejamento energético e associativismo, com apoio da equipe do Programa Mato Grosso. Aliás, com seu suporte, foi organizada uma exposição sobre recursos hídricos, com palestras e explicações sobre a Rede Juruena Vivo no município de Brasnorte, tendo a equipe participado também de um seminário na Terra Indígena Menkü sobre hidrelétricas, além de viagens a Brasília acompanhando representantes dos povos do Juruena no encaminhamento de suas demandas.

Registramos, ainda, as rodas de conversa que aconteceram nos meses de outubro e novembro na Terra Indígena Apiaká-Kayabi e a comunidade

rural de Pedreira, ameaçadas pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Castanheira (140 MW), no rio Arinos, quando também pudemos levar informações qualificadas para tais grupos sociais, inclusive com assessoria jurídica. O apoio de uma advogada especialista na temática também foi dado em reuniões com comunidades da sub-bacia do Teles Pires, os povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku, na cidade de Alta Floresta e junto a agricultores familiares da Gleba Mercedes e do Assentamento Doze de Outubro, afetados pela UHE Sinop. Essas atividades foram realizadas graças ao Fórum Teles Pires, que em março havia também organizado uma capacitação em que participaram lideranças Kayabi e a equipe da OPAN, junto com pescadores, indígenas, assentados e demais parceiros para monitoramento participativo dos Projetos Básicos Ambientais (PBAs) das usinas hidrelétricas.

O Programa de Direitos estimulou a participação na Mobilização Nacional Indígena, em Brasília, em maio, no Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, que ocorreu na cidade catarinense de Chapecó no mês de setembro, e no Seminário sobre Hidrelétricas na Amazônia, em dezembro na capital federal, quando representantes de órgãos públicos se defrontaram com os questionamentos de diversas comunidades indígenas e sociedade civil do Tocantins, Madeira, Xingu, Tapajós, Juruena e Teles Pires.

## III Festival Juruena Vivo

---

**A Rede Juruena Vivo**, um coletivo de organizações, indígenas, agricultores familiares, acadêmicos, entre outros, dedicou-se, a partir de meados do ano, à preparação do III Festival Juruena Vivo, um evento de suma relevância regional. Ao longo do primeiro semestre, foram realizadas articulações locais na sub-bacia do Juruena no sentido de averiguarmos as condições de realização deste grande encontro em torno do tema da preservação da integridade da sub-bacia e fortalecimento de um modelo de desenvolvimento ambientalmente mais equilibrado. Com o tema “Comida, Água e Energia”, a terceira edição ocorreu na cidade de Juara, a cerca de 750 quilômetros de Cuiabá, próxima do rio Arinos, e teve recorde de participantes: cerca de 300 pessoas convidadas pela organização, sem contar a participação da população local.

Nesse ano, indígenas Munduruku de Itaituba e uma comitiva de Santarém engrandeceram o evento, proporcionando trocas de saberes e união de forças com os povos do Juruena. Grupos da região do Teles Pires, assim como representantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre expuseram suas experiências e constituíram uma promissora aliança. Além de palestras técnicas com o apoio de especialistas, hou-

ve passeata, apresentações culturais, danças típicas, oficinas de música e artesanato gratuitas promovidas pela Produção Encantada, de Pirenópolis, e o já tradicional show do violeiro Victor Batista. Tudo isso mostrou à Juara e região as cores, os sons e o sentimento dos povos que lutam pela integridade dos rios e territórios do Cerrado e da Amazônia.

Uma das principais questões debatidas no encontro foi a preocupação com a formação de um comitê de bacia hidrográfica para o Tapajós, que abranja geograficamente o Tapajós, seus principais afluentes e preveja a participação dos diversos setores da sociedade, incluindo agricultores familiares, indígenas, extrativistas, entre outros. O grupo rejeitou o modelo fragmentado de comitês que busca atender a limitações administrativas e que não leva em conta as características naturais e socioculturais da região. Também exigiu a elaboração de um plano de bacia para o Tapajós – existe apenas um documento genérico abarcando toda a região da margem direita do rio Amazonas – e que os licenciamentos ambientais de empreendimentos hidrelétricos e hidroviários sejam paralisados até que a população possa, de fato, acompanhar e participar dos processos de tomada de decisão.



ANAPUAKA MUNIZ TUPINAMBÁ/RÁDIO YANDÊ

Centenas de indígenas e moradores locais participaram das discussões do III Festival Juruena Vivo, em Juara (MT).

## **Programa**

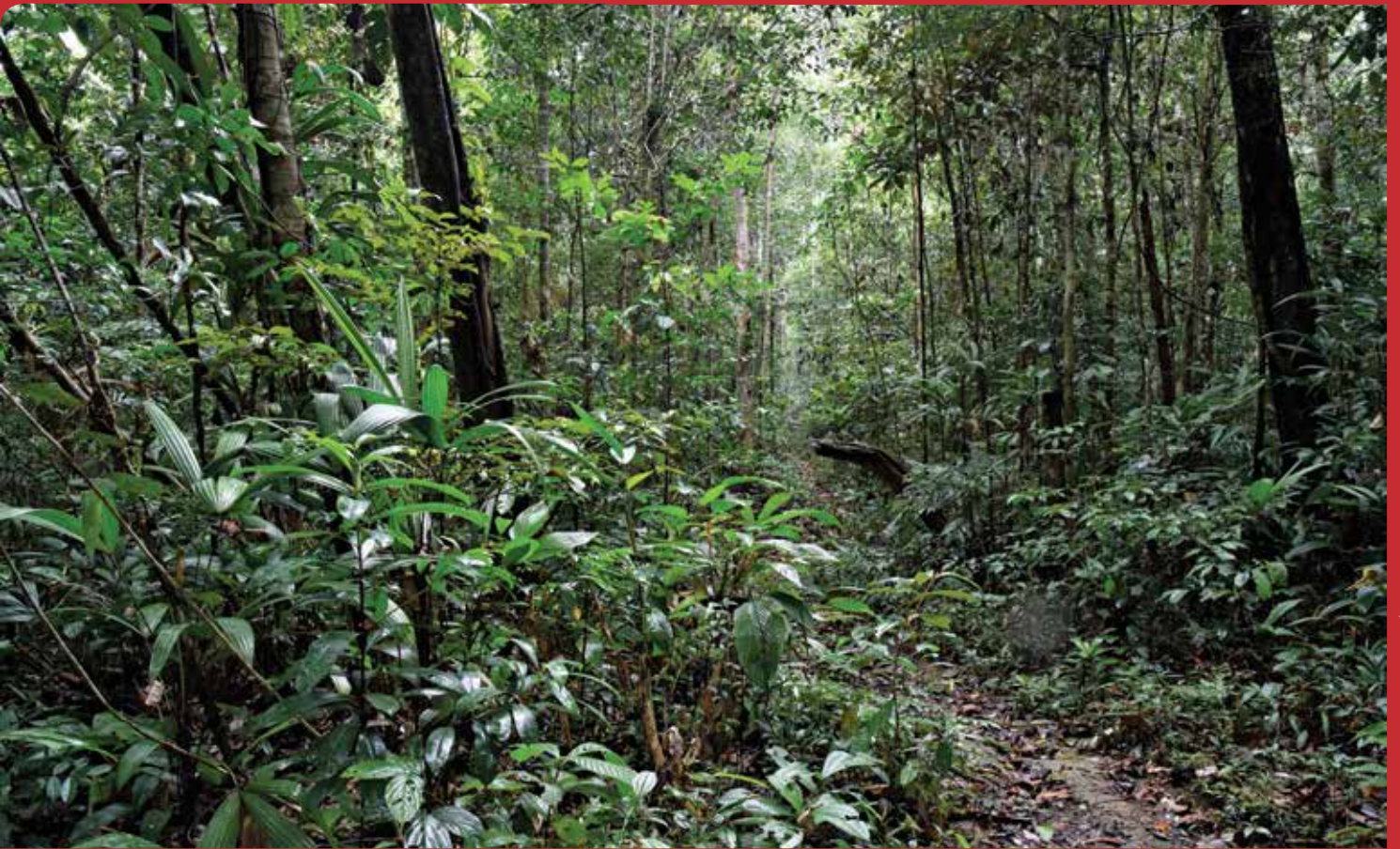
# AMAZONAS

GUSTAVO SILVEIRA, VINÍCIUS BENITES ALVES E LEONARDO KURIHARA

ADRIANO GAMBARINI/OPAN



*Crianças Deni da aldeia Itaúba.*



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

*Terra Indígena Deni.*

**As florestas tropicais** e sua rica biodiversidade estão ameaçadas pelo estabelecimento de políticas econômicas de um certo desenvolvimento que não leva em conta a vida dos moradores locais, as características dos sistemas ecológicos e tampouco as mudanças climáticas globais. As populações das Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) vêm sofrendo alta pressão. Após a consolidação crescente do seu estatuto fundiário, que ainda não contempla grande parte dos moradores da região, deparam-se com os desafios de gerir seus territórios e manter a floresta,

com toda sua riqueza, frente a esse modelo político/econômico desenvolvimentista.

Neste sentido, uma das estratégias de permanência e proteção que vem sendo colocada em prática por diversos povos no Amazonas se dá no fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade, por meio da qual podem conservar o meio ambiente e gerar renda, vivendo seus costumes, fortalecendo sua cultura. Além disso, se dedicam a outras ações de gestão do seu território, sempre buscando se organizar coletivamente, ganhando força política.



## MÉDIO RIO JURUÁ

Para o povo Deni do rio Xeruã, 2016 foi um ano importante e de grandes avanços. Realizaram a primeira pesca experimental de pirarucu, seguindo as diretrizes do manejo sustentável – cujas etapas de monitoramento vêm realizando desde 2011 – para que o peixe nunca acabe. Foram 10 pirarucus, para consumo próprio, di-

vididos entre todas as aldeias em uma grande festa. No processo da pesca manejada, contaram com apoio dos moradores da Resex Médio Juruá, da RDS Uacari e com dois indígenas do povo Paumari do rio Tapauá no Médio rio Purus, reconhecidos pela excelência no trabalho com o manejo.

ADRIANO GAMBARINI/OPAN

*O manejo que une os povos:  
Poaravi Deni e Francisco Paumari.*



## SUCESSO DO MANEJO PAUMARI

**O TRABALHO COM O MANEJO SUSTENTÁVEL DE PIRARUCU** realizado pelos Paumari proporcionou a eles um grande salto em suas vidas. Para fazer a atividade foi necessário se organizarem coletivamente. Também deixaram de pescar pirarucu por cinco anos para que pudessem recuperar a quantidade de peixes e, ainda, fortaleceram mais e mais suas estratégias de vigilância territorial evitando a entrada não autorizada de pessoas.

Com tudo isso, hoje os Paumari têm muita fartura não apenas de pirarucu, mas de todos os outros peixes. Se antes do manejo eles precisavam ir longe e demoravam três horas para conseguir pescar, hoje quando passam três horas fora trazem comida para a aldeia toda.

Em 2016 os Paumari realizaram sua quarta pesca sustentável de pirarucu. Além da soberania alimentar, da conservação do território e do fortalecimento da organização, a dedicação ao manejo trouxe aos indígenas Paumari do rio Tapauá reconhecimento no Brasil e em outros lugares do mundo.

DAFNE SPOLTI/OPAN



*Novos membros da Associação do Povo Deni do rio Xeruã (Aspodex).*

As articulações e intercâmbios têm sido recorrentes nos trabalhos. Com duas comunitárias da RDS Amanã, as mulheres Deni aprimoraram suas cestarias de arumã, retomando o uso de tinturas como açafraão, crajiru e pau-brasil e mantendo a característica tradicional desses utensílios. Essa ação potencializa a geração de renda e a autonomia delas para comprar os produtos que necessitarem. Em uma oficina de etnomapeamento dos produtos florestais não madeireiros a partir do levantamento do potencial produtivo das espécies oleaginosas, com o apoio da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Resex Médio Juruá (Codaemj), foi aberto o caminho para o manejo sustentável de espécies como a andiroba e o murumuru com possibilidade de comércio em pequena escala junto aos moradores da RDS Uacari e Resex Médio Juruá.





RENATO RODRIGUES ROCHA/OPAN

*Mulheres Deni em oficina de aprimoramento do artesanato com mulheres da RDS Amanã.*

Sempre tendo como diretriz central seu fortalecimento, os Deni também estudaram as melhores formas de gerir a Associação do Povo Deni do Rio Xeruã (Aspodex), junto com o indígena André Baniwa, experiente em organizações especialmente do Rio Negro. Na ocasião eles fizeram um planejamento para 2017 considerando todas as suas necessidades, pactuaram reuniões bimestrais e ainda

escreveram um projeto para inserir os alimentos de seu roçado na alimentação das escolas Deni por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ainda em 2016, os Deni realizaram a 11ª assembleia da Aspodex, o principal espaço de decisão, momento em que atualizaram alguns temas de seu plano de gestão territorial, um instrumento efetivo no cuidado de sua terra.

ADRIANO GAMBARINI/OPAN



*Acima, pesca de pirarucu da comunidade Xibauzinho, na RDS Uacari. Ao lado, comunitário durante a pesca manejada do Xibauzinho.*



ADRIANO GAMBARINI/OPAN



VINICIUS BENITES ALVES/OPAN

Também os moradores da RDS Uacari e da Resex Médio Juruá tiveram sucesso no manejo em 2016. A pesca de 68 toneladas de pirarucu dessa vez foi absorvida pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) com um preço melhor – apesar da baixa nos valores do pirarucu em todo o Amazonas – facilitando a retirada e o escoamento do peixe, além de fortalecer o arranjo regional da atividade. Com a Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru), teve destaque a construção de 100 unidades de secagem de sementes – das 200 previstas em seu subprojeto do Arapaima que serão construídas até 2017 – e de 15 unidades de armazenamento, distribuídos em 15 comunidades da unidade de conservação. A associação também iniciou com parceiros locais um plano de trabalho para a construção de uma embarcação completa para o beneficiamento e o escoamento do manejo pesqueiro.

*Andiroba da  
RDS Uacari.*

## MÉDIO RIO SOLIMÕES

Na região do Médio rio Solimões e do rio Jutai, o povo Katukina da Terra Indígena Rio Biá, realizou expedições territoriais, o que teve um papel importante além da proteção, para que os jovens pudessem visitar lugares tradicionais de coleta de recursos naturais e antigas aldeias, estabelecendo também acordos com parceiros regionais. Por conta de atividades mineradoras na região, os Katukina vêm relatando que invasões estão ocorrendo na região do rio Mutum, limite com a RDS Cujubim. Durante a expedição, placas foram fixadas em locais estratégicos.

*Expedição de vigilância territorial do povo Katukina.*



RODRIGO FERREIRA BARROS/OPAN



RODRIGO TAWADA/OPAN



DAFNE SPOLTI/OPAN

*Oficinas de extração de copaíba das aldeias Bacuri e Santa Cruz, na Terra Indígena Rio Biá.*

Outras importantes ações foram a realização de oficinas de boas práticas de manejo dos produtos florestais não madeireiros, por meio das quais estão aprimorando a qualidade do óleo de copaíba e da sorva e, dessa forma, agregando valor a seus produtos (que fazem em pequena escala, em associação a

outras atividades cotidianas). Também houve oficinas de comercialização para aumentar o conhecimento dos Katukina sobre matemática, com foco na troca, compra e venda de seus produtos e das mercadorias com comerciantes, atividade que continuará em outros módulos em 2017.



FOTOS: DAFNE SPOLTI/OPAN



*Atendimento de saúde na aldeia Terra Alta, na TI Rio Biá e assembleia setorial do Copiju.*

Outro trabalho que teve contribuição e viabilidade por conta do projeto Arapaima foi a saúde do povo Katukina, que recorrentemente sofre com epidemias de malária na aldeia Gato da TI Rio Biá. Também houve articulações em prol da saúde da aldeia na Terra Alta (Surucucu), atendida pela primeira vez em 2016, mas ainda com necessidade de inclusão definitiva no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), a garantia ao atendimento regular, além da vacinação nesta aldeia.

A saúde foi um dos temas discutidos du-

rante a assembleia setorial (Katukina, Kulina, Kanamari) do Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju), realizada na aldeia Gato. Outro assunto, e que ocupou um dia inteiro da assembleia, foi a educação escolar dos Katukina, tema que tem causado preocupação pois além das dificuldades de matemática, eles querem ser alfabetizados em seu idioma primeiro e depois em língua portuguesa, mas faltam professores de seu povo para colocar isso em prática, assim como é necessário construir com eles um projeto político pedagógico que atenda suas necessidades.

O Copiju realizou também sua assembleia geral e eletiva na TI Acapuri de Cima e além das atividades na região marcou presença em Brasília junto a povos indígenas de todo o país no Acampamento Terra Livre onde apresentaram demandas para representantes do Ministério da Educação

(MEC) e para a própria Fundação Nacional do Índio (Funai), ainda presidida por João Pedro Gonçalves. Uma das reivindicações do movimento é que seja ativada em Jutai a Coordenação Técnica Local (CTL), instituída pela portaria 1125/PRES/2014 da Funai, mas que nunca chegou a funcionar.



*Josimar Lopes (esquerda) e Francisco Peres (à direita), do Copiju, no Acampamento Terra Livre, em Brasília.*

VINICIUS BENITES ALVES/OPAN

Na TI Acapuri de Cima, onde ocorreu a assembleia geral, e nas terras de seu entorno – TIs Macarrão, Espírito Santo, São Domingos de Jacapari e Estação –, os Kokama, Kambeba e Tikuna vêm se organizando para proteger suas áreas da pesca predatória, especialmente com atividades de manejo pesqueiro de pirarucu e vigilância territorial. Uma importantíssima decisão vem sendo tomada na TI Macarrão. Os moradores, que têm passado dificuldade para garantir sua soberania alimentar por conta da redução dos peixes deixaram alguns lagos em preservação, até que volte a fartura. O manejo pesqueiro desenvolvido na região de Jutai é organizado com a parceria da Associação dos Comunitários que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ) e outros parceiros. Em 2016 foram 200 toneladas de pescado, sendo 35 oriundas das terras indígenas.

Os moradores da RDS Cujubim, localizada no alto rio Jutai, têm como destaque também o manejo de pirarucu e a venda do pescado em feiras em Manaus, realizado com apoio de sua Associação dos Moradores da RDS Cujubim (AERDSC), do Departamento de Mudança Climática e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc) e de organizações sociais como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e a OPAN.

DAFNE SPOLTI/OPAN



DAFNE SPOLTI/OPAN



*Fartura de peixes na aldeia Sororoca, na TI Rio Biá.*



*Crianças da  
comunidade  
Novo Paraíso,  
na RDS Cujubim.*



ADRIANO GAMBARINI/OPAN



**A** pesar de todos os benefícios do manejo pesqueiro, as comunidades de manejadores têm dificuldade para realizar a atividade e vêm reivindicando apoio do governo e a criação de políticas públicas. Hoje ela compete com um mercado ilegal, com peixe de cativo e está inserida num sistema de monopólio dos frigoríficos que adquirem o peixe, o que está colocado como um desafio claro de superação para os envolvidos e os apoiadores.

ADRIANO GAMBARINI/OPAN



## A dimensão dos ganhos e desafios no Amazonas

---

**Aproximadamente três mil pessoas**, sendo 90% indígenas, estiveram diretamente envolvidas nas ações do programa em 2016. Também contribuímos com o fortalecimento de 13 associações indígenas e ribeirinhas. Juntamente com apoio de outros parceiros locais, foram comercializados em 2016 aproximadamente 271.449 kg de pirarucu e 17.000 kg de óleos dos produtos florestais não madeireiros, gerando uma receita de aproximadamente de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) com os respectivos manejos.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de 2016, apontam que mais de 99,6% de floresta das áreas protegidas de atuação do programa estão preservadas. Esses números corroboram com o nosso objetivo, que busca valorizar o saber/fazer desenvolvido pelas populações locais, promovendo a melhoria da qualidade de vida na região, ga-

rantindo a conservação da sociobiodiversidade e a viabilidade da vida nesses locais.

Dentre os principais desafios que temos enfrentado, além da conjuntura geopolítica econômica estabelecida, podemos destacar a escala do território de abrangência, onde a heterogeneidade dos agentes envolvidos demanda tempo na construção das relações e dos processos, assim como uma estratégia particular na intervenção junto a cada público envolvido. Aliado a isso, a ausência do Estado nessas regiões longínquas também dificulta o desenvolvimento de algumas ações, ampliando ao mesmo tempo a necessidade de atuação da OPAN em diferentes campos, como saúde e educação.

A aprovação, no final de 2016, do projeto “Nossa Terra: apoio à gestão territorial indígena no Sul do Amazonas”, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), possibilitou a retomada de algumas ações no Médio Purus, configurando também outras articulações e a possibilidade de novas parcerias para apoio das ações em 2017.



*Indígenas Katukina levando poste para instalação de radiofonia na TI Rio Biá.*



### **NOME DO PROJETO**

**Nossa Terra – Apoio à Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas**

### **APOIO FINANCEIRO**

**Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)**

### **DURAÇÃO**

**3 anos (Outubro/2016 – Setembro/2019)**

### **PARCERIA**

**OPAN e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)**

---

A proposta visa implementar de forma qualificada a PNGATI no Sul do Amazonas por meio de um Programa de Pequenos Projetos voltados para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas e o fortalecimento das organizações indígenas para a governança da política e a aplicação de seus instrumentos de gestão. O programa apoiará sete projetos de organizações indígenas (lista abaixo) e 32 projetos de pequeno porte das comunidades ou TIs.

---

---

### **ASSOCIAÇÕES BENEFICIADAS:**

- **Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp) – Beruri/Tapauá/Canutama/Lábrea/Pauini/Boca do Acre;**
- **Organização dos Povos Indígenas Apuriná e Jamamadi (Opiaj) – Pauini;**
- **Organização dos Povos Indígenas Apuriná e Jamamadi de Boca do Acre Amazonas (Opiajbam) – Boca do Acre;**
- **Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ) – Humaitá;**
- **Associação do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opipam) – Humaitá;**
- **Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto (APITIPR) – Humaitá;**
- **Associação do Povo Indígena Tenharim do Marmelos (Apitem) – Humaitá.**

Além do fundo de pequenos projetos, serão apoiadas ações de implementação dos planos de gestão Apuriná – TI Caititu, Jamamadi da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti e Paumari das TIs Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Cuniuá. A atuação da OPAN e do IEB está pautada na gestão do fundo de pequenos projetos e na assessoria técnica às organizações indígenas para a elaboração e implementação dos projetos, na assessoria técnica para atividades produtivas sustentáveis e na assessoria técnica para gestão e proteção das terras indígenas.

## Plano de Gestão Territorial

# MARÃIWATSÉDÉ

**Depois de 50 anos de luta** pela retomada de seu território tradicional de onde foram expulsos na ditadura militar, os Xavante de Marãiwatsédé construíram seu Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA), pactuando entre si a forma de cuidar da área e projetando as próximas conquistas.

Dessa forma, a luta e a força xavante, que se tornou um caso emblemático no Brasil, mais uma vez se destaca como um exemplo. Afinal, eles conseguiram a desintrusão de sua terra em 2013 e de lá para cá vêm retomando as áreas de caça, coleta e pesca; estão abrindo novas aldeias e plantando suas roças e quintais, fazendo a terra devastada pela invasão ficar bonita novamente.

Marcando esse momento político e simbólico, o Plano de Gestão foi lançado em duas grandes festas. Uma na aldeia Marãiwatsédé e outra no Rio de Janeiro, onde os Xavante ganharam visibilidade mundial com a Eco 92 e a Rio+20. Foi lá, no Museu do Índio, que eles apresentaram mais uma conquista, fruto de sua luta histórica.

Apesar dos avanços e do futuro promissor, os Xavante continuam vigilantes – especialmente com o controle das queimadas e reivindicando o desvio da BR-158 – e buscando melhorias. Além disso, também estão preocupados com os indígenas e os não indígenas no atual contexto político de perda de direitos, o que provoca ainda mais o engajamento político do povo Xavante de Marãiwatsédé.

*Grupo Xavante  
que participou  
do lançamento  
do PGTA no Rio  
de Janeiro.*



“*Precisamos cuidar, recuperar os córregos e as nascentes. Precisamos produzir o alimento natural. É assim que o plano de gestão pode nos ajudar a melhorar nossa terra, a cultivar, a cuidar dela, para não acontecer a reinvasão*”

**Cacique Damião Paridzané**



GIOVANNY VERA/OPAN

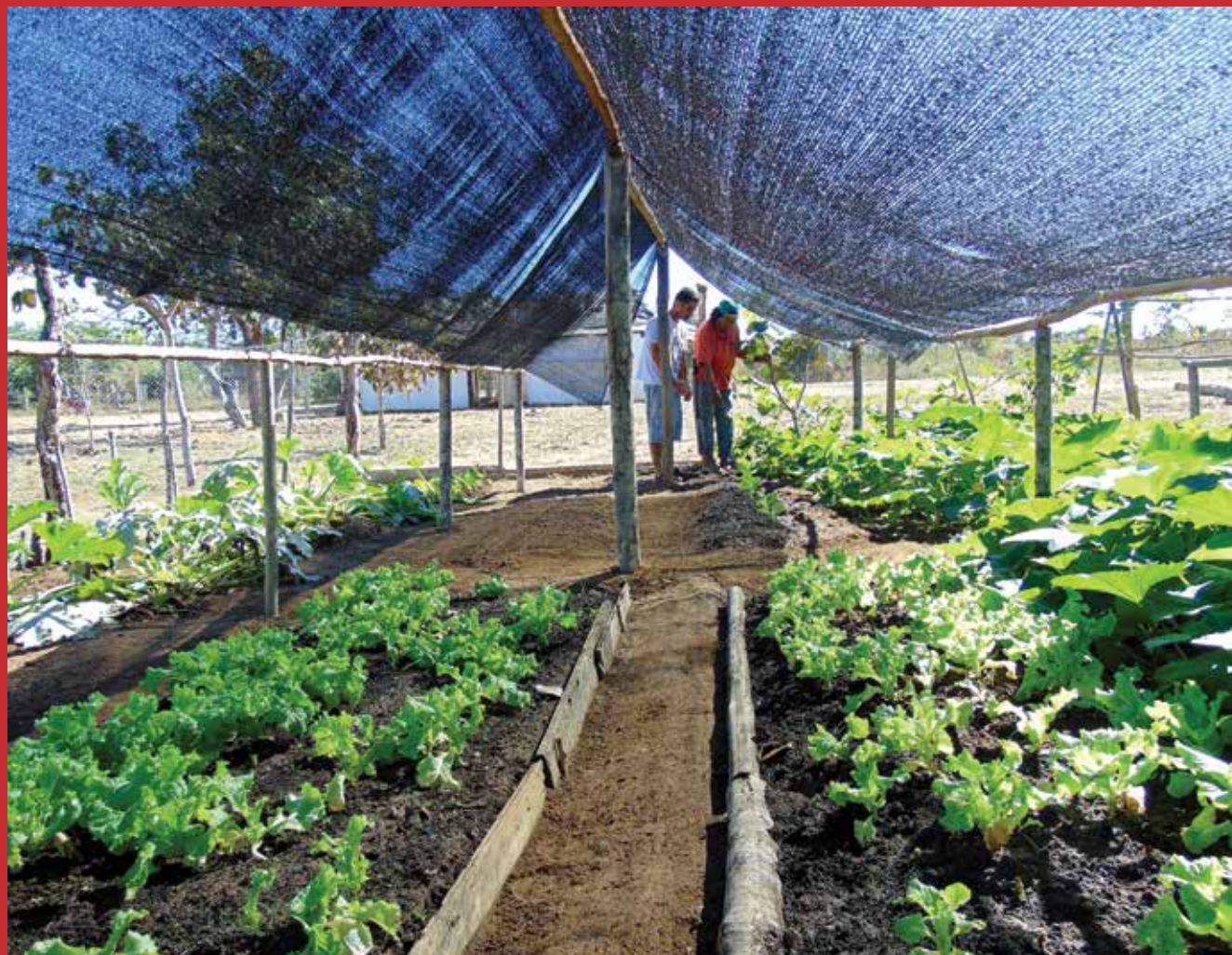


GIOVANNY VERA/OPAN

## Programa

# MATO GROSSO

ARTEMA LIMA E EQUIPES

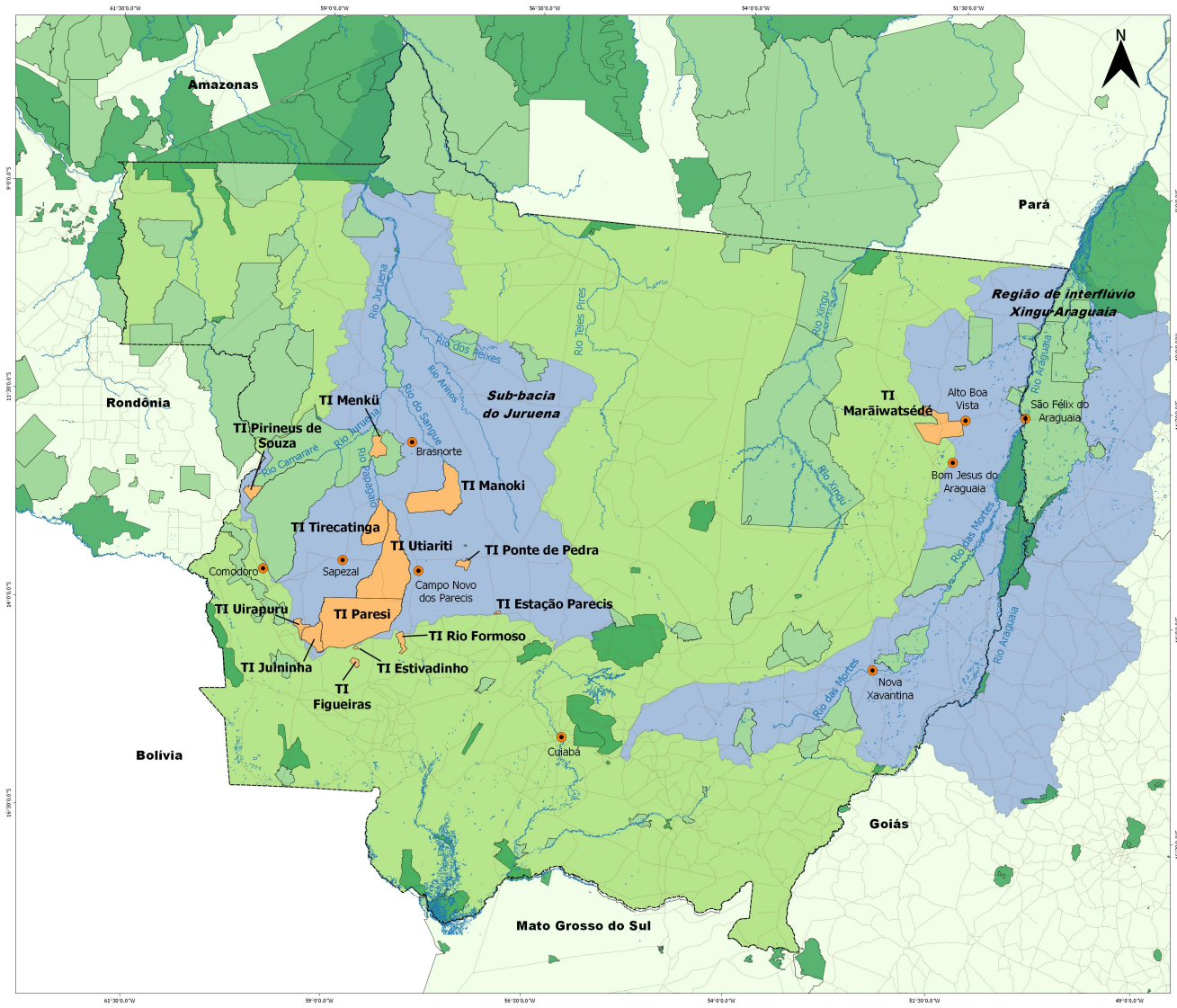


LUANA FOWLER/OPAN

*Quintal para a produção de hortaliças na aldeia Asa Branca da TI Manoki.*



**MAPA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA MATO GROSSO**



**LEGENDA**

- Sedes municipais
- TIs Programa Mato Grosso
- Terras Indígenas
- Unidades de conservação
- Bacias
- Rios
- Estradas

**O estado do Mato Grosso**, composto por três distintos biomas (Cerrado, Pantanal e Amazônia), é líder nacional da produção de soja, algodão e pecuária, além de ter sido o vice-campeão em desmatamento ilegal em 2016 e campeão no uso de agrotóxicos em 2015. Na contramão, os modelos de gestão territorial e ambiental desenvol-

**QUADRO DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA MATO GROSSO**

<b>TERRAS INDÍGENAS (TIs)</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>POPULAÇÃO INDÍGENA</b>	<b>PGTA ELABORADO</b>
TI Manoki	251.000	Brasnorte	460	SIM
TI Menkü	47.094		126	SIM
TI Pirineus de Souza	28.212	Comodoro	311	SIM
TI Marãiwatsédé	165.241	São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista (3)	960	SIM
TI Tirecatunga	130.575	Sapezal	200	SIM
TIs Paresi (09)	1.120.000	Sapezal, Campo Novo dos Pareci, Tangará da Serra, Conquista D' Oeste (4)	1.800	Em elaboração (1ª fase)
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>09</b>	<b>3.857</b>	<b>05</b>

vidos pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais valorizam a biodiversidade, a proteção das diferentes paisagens ecológicas e a conservação da variedade de sementes crioulas.

O Programa Mato Grosso da OPAN atua com os povos Manoki, Myky e Nambikwara das Terras Indígenas (TIs) Pirineus de Souza e Tirecatunga e com os Xavante da TI Marãiwatsédé. Buscamos contribuir com a valorização de sua forma de vida e seus modelos de gestão dos territórios em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI),

a partir de ações de transformação local e regional, contando hoje com apoio financeiro do Fundo Amazônia, da Embaixada da Noruega e da Manos Unidas. Este ano, junto à The Nature Conservancy (TNC) iniciamos um trabalho com os Paresi, antigos parceiros da OPAN, para facilitar a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Paresi de nove TIs, com possibilidades de reflexões e acordos para os seus futuros projetos, além da conservação dos seus territórios culturais, considerados também como o berço das águas, dos rios Juruena, Paraguai e Guaporé.

## IMPLEMENTAÇÃO DOS PGTAS: AÇÕES ESTRATÉGICAS NA SUB-BACIA DO RIO JURUENA

Região de atuação estratégica do programa para a conservação do mosaico de terras indígenas, a sub-bacia do rio Juruena abrange os biomas Cerrado e Amazônia, onde existem 20 terras indígenas que representam 21% do seu território total (40 mil km<sup>2</sup>). Nesta região,

11 povos indígenas compartilham a gestão dos recursos hídricos, realizando trocas de sementes, rituais e alianças para assegurarem seus direitos conquistados, frente, principalmente, às ameaças dos empreendimentos energéticos na região e ao avanço do agronegócio.

### AÇÕES EM 2016

Formação de jovens

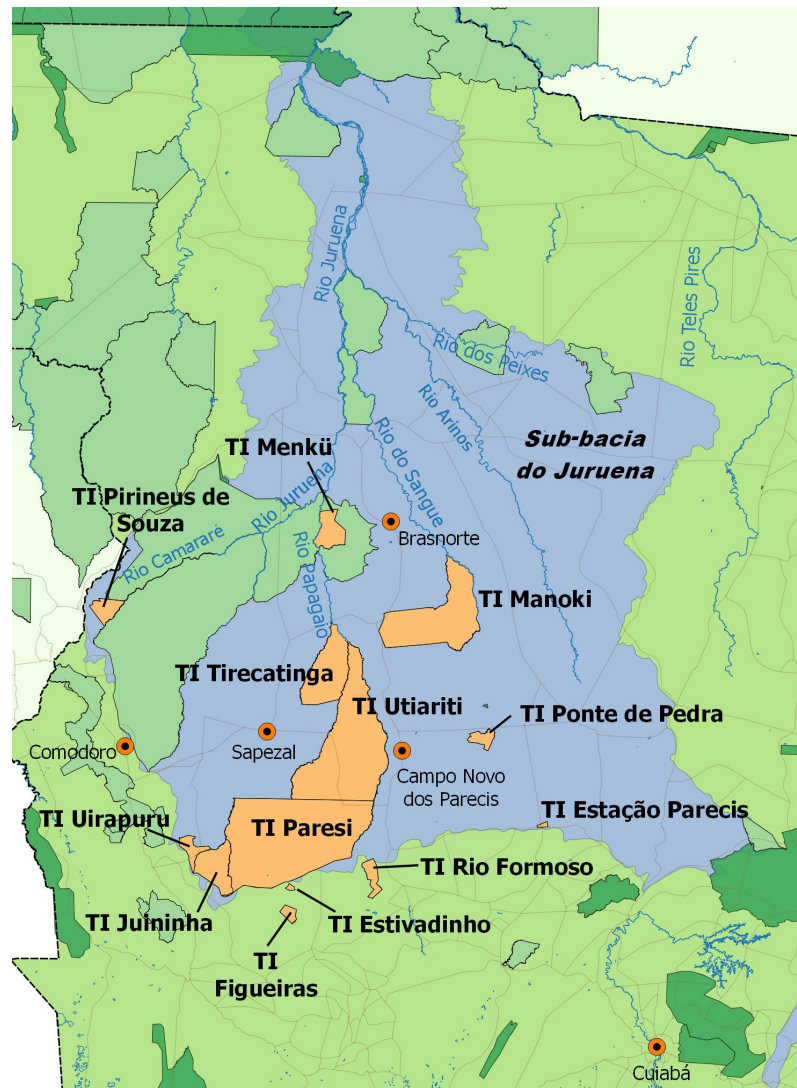
Pactuação e formação indígena (PGTA Paresi)

Expedições de monitoramento e vigilância

Apoio à articulação das mulheres indígenas

Apoio à rituais, intercâmbios e troca de sementes

Manejo e enriquecimento de roças



RODRIGO FERREIRA/OPAN

*Cacique Davi, da TI Pirineus de Souza, colocando uma placa da terra indígena durante uma expedição.*



## **VIGILÂNCIA TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS**

As ações de proteção territorial realizadas pelos indígenas nas TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza, entre elas a vigilância territorial, buscam integrar as atividades de caça, coleta e outras práticas extrativistas e culturais que dão sentido ao uso sustentável do território. A OPAN vem apoiando as expedições e proporcionando melhor infraestrutura para que as ações de vigilância se realizem com frequência e maior eficácia. Esta preocupação é apontada em todos os planos de gestão elaborados pelas comunidades, que almejam melhorar a segurança e proteção dos seus territórios.

Destacam-se em 2016 as ações de vigilância na TI Manoki, que, ainda sem a conclusão do processo de regularização fundiária, permanece extremamente vulnerável

RODRIGO FERREIRA/OPAN



*Indígenas da TI Pirineus de Souza realizam expedições em seu território como método de proteção e para a busca de novos recursos de caça e coleta.*

e ameaçada pela crescente extração ilegal de madeira e o desmatamento. Por meio de suas ações de vigilância, com expedições no território e registros audiovisuais, os Manoki elaboraram relatórios que foram utilizados para protocolarem diversas denúncias junto aos órgãos oficiais. Os materiais também formaram um denso dossiê feito junto com a OPAN que foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), fortalecendo a ideia da necessidade de demarcação de terras indígenas.

Na TI Pirineus de Souza, a partir da Festa da Menina Moça, foram mobilizadas duas expedições até os limites do território em busca

da coleta de frutos como o patuá, a bacaba e a guariroba, além de caça e pesca para o preparativo do ritual. Uma vez nas divisas de seu território, realizaram também a manutenção das placas de sinalização da terra indígena. Já as expedições realizadas pelos Myky este ano foram mobilizadas para contenção de incêndios florestais que ocorrem principalmente no período da seca. Os indígenas se organizaram para fazer aceiros ao redor dos roçados, realizando a queima controlada e o manejo do fogo a partir de experiências que tiveram no programa do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo).



CATIÚSCIA CUSTODIO/OPAN



LUANA FOWLER/OPAN

*Povos indígenas ampliam suas articulações por meio da participação em eventos e encontros.*

## FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

O aumento do protagonismo e a qualificação da participação em espaços políticos são resultados alcançados com as ações de apoio às organizações, lideranças e mulheres indígenas. Este ano teve início na aldeia Cravari do povo Manoki um ciclo de formação sobre Direitos Indígenas e Política Indigenista, Monitoramento e Gestão Territorial e Fortalecimento Cultural. A ação foi relevante também por envolver diretamente as novas gerações, demanda dos Manoki e dos outros povos que farão a atividade, indicada inclusive em seus planos de gestão. A oficina uniu formação e ritual dos povos, demonstrando como é possível aliar os conhecimentos tradicionais e os novos saberes sobre os direitos e a política indigenista.

O envolvimento das comunidades é um des-

taque para os êxitos alcançados. Houve também ampla participação das mulheres de todas as idades, o que demonstrou como é crescente o interesse por uma maior participação nos esforços políticos e na organização para o enfrentamento dos problemas.

Em 2016, a articulação política e a aliança entre os povos também se tornaram mais sólidas, como resultado do protagonismo indígena frente às ameaças aos seus direitos. Em novembro a mobilização e a participação no III Festival Socioambiental Juruena Vivo, na cidade de Juara, fortaleceu a rede de articulação entre os povos como espaço político e a troca de experiências e saberes. Duas viagens à Brasília realizadas por representantes indígenas da sub-bacia do rio Juruena, apoiadas pela OPAN, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas foram ações estratégicas para suas



LUCIANA FERRAZ/FONASC



reivindicações. Com uma agenda junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF), a comitiva protocolou documentos e relatórios relativos às questões territoriais de sete povos (Munduruku, Apiaká, Kaiabi, Manoki, Myky, Enawene Nawe e Rikbaktsa), com negativas em relação aos 142 futuros empreendimentos hidrelétricos propostos na região.

Neste sentido, teve alta relevância a criação da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint) durante uma grande assembleia que reuniu na TI Umutina, com apoio da OPAN, associações indígenas e outros parceiros, 560 representantes de 42 povos indígenas do estado. Foi um momento especial para o estreitamento das articulações, alianças e mobilizações entre os povos, o que representou a concretização de um sonho de muitas lideranças que começaram,

com a OPAN e o CIMI, as primeiras articulações de povos indígenas do Brasil nos anos setenta.

Outro evento, também de significativo interesse do movimento indígena foi o primeiro “Encontro dos povos indígenas do Mato Grosso: mudanças climáticas e políticas públicas”, realizado em Cuiabá, que contou com a participação de diversos povos e organizações indígenas, como a recém criada Fepoint, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), além de parceiros, organizações sociais e do poder público. As reflexões e debates sobre o enfrentamento às mudanças climáticas e os seus impactos nas comunidades indígenas e, nessa perspectiva, como gerir os territórios a partir dos planos de gestão territorial foram as principais temáticas abordadas e de interesse dos indígenas. Como afirma Manoel Kanunxi: “Sobre as questões das mudanças climáticas, o agronegócio vem avançando, desmatando, trazendo cada vez mais impactos. Tinha o tempo certo, o calendário certo, a hora de plantar, a hora de colher. Na minha área tem um córrego que nasce dentro da terra indígena, e está secando. No mês de agosto não chovia e não fazia friagem como agora. As carnes de caça (anta, cateto) não tem mais gosto de carne ‘pura’, carne forte, porque os animais se alimentam nas lavouras. Temos que nos organizar para lutarmos pelo nosso modo de vida tradicional”.



*As roças e quintais são fontes de recursos alimentares e também de renda para a população indígena, além estarem relacionadas aos rituais.*

## ROÇAS E QUINTAIS

A produção de alimentos tradicionais nas aldeias e o plantio de espécies consorciadas nos roçados e nos quintais, trabalhos aos que os indígenas se dedicam na gestão de seus territórios, têm impacto direto na saúde e bem-estar das comunidades, na contramão do modelo de produção do entorno, baseado na monocultura em grande escala e no uso de agrotóxico. Algumas espécies como a variedade de bananas na TI Pirineus de Souza, e o algodão na TI Menkü, utilizado principalmente para a confecção de redes, têm ainda potencial para geração de renda das comunidades.

Todos os anos, nas aldeias, os povos preparam seus roçados e incrementam os seus quintais produtivos. O aumento em densidade e diversidade de espécies das roças é de suma importância para a garantia da conservação de sementes tradicionais de milho, cará, variedades de mandioca, algodão, banana, etc. A roça

tradicional é caracterizada por um sistema de queima e plantio chamado “roça de toco” e está relacionada no caso dos Manoki e Menkü aos rituais, pois ambos compartilham o mito de origem do roçado. No ritual os produtos são oferecidos para os espíritos, conjuntamente com a iniciação da vida adulta dos meninos. Para os Nambikwara, as roças fazem parte da Festa da Menina Moça, onde seus produtos são transformados em bebidas, raízes cozidas, beijus (mandioca) e outros, oferecidos para os convidados da cerimônia. Na TI Pirineus de Souza, além das roças com variedade de mandioca e outros cultivos, os indígenas possuem áreas com plantio de espécies de banana para o consumo e para a venda. Estas roças de banana são hoje um potencial para geração de renda das famílias, no entanto, há a necessidade de ampliação e estruturação da sua cadeia de produção com a viabilidade de mercado e agregação de preço justo. Esta é uma ação em andamento e que terá o apoio da OPAN nos próximos dois anos.





## **TERRA INDÍGENA MARÄIWATSÉDÉ – REGIÃO DO INTERFLÚVIO XINGU-ARAGUAIA**

*Construção das  
novas aldeias na  
TI Maräiwatsédé.*

Os Xavante, com suas estratégias de gestão ambiental e territorial, estão desenvolvendo ações com efeito direto na melhoria da qualidade de vida das aldeias. A conclusão e o lançamento do seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) foi um grande momento que mobilizou jovens, anciões, lideranças e mulheres, dando visibilidade à sua história de luta e revelando sua cultura e modos de vida. Outro importante passo foi a abertura de novas aldeias, uma estratégia dos Xavante para a ocupação, proteção territorial e a busca de áreas que ofereçam mais recursos de caça, coleta e artefatos culturais.

**PRINCIPAIS  
AÇÕES**

Expedições  
de vigilância,  
caça e coleta.

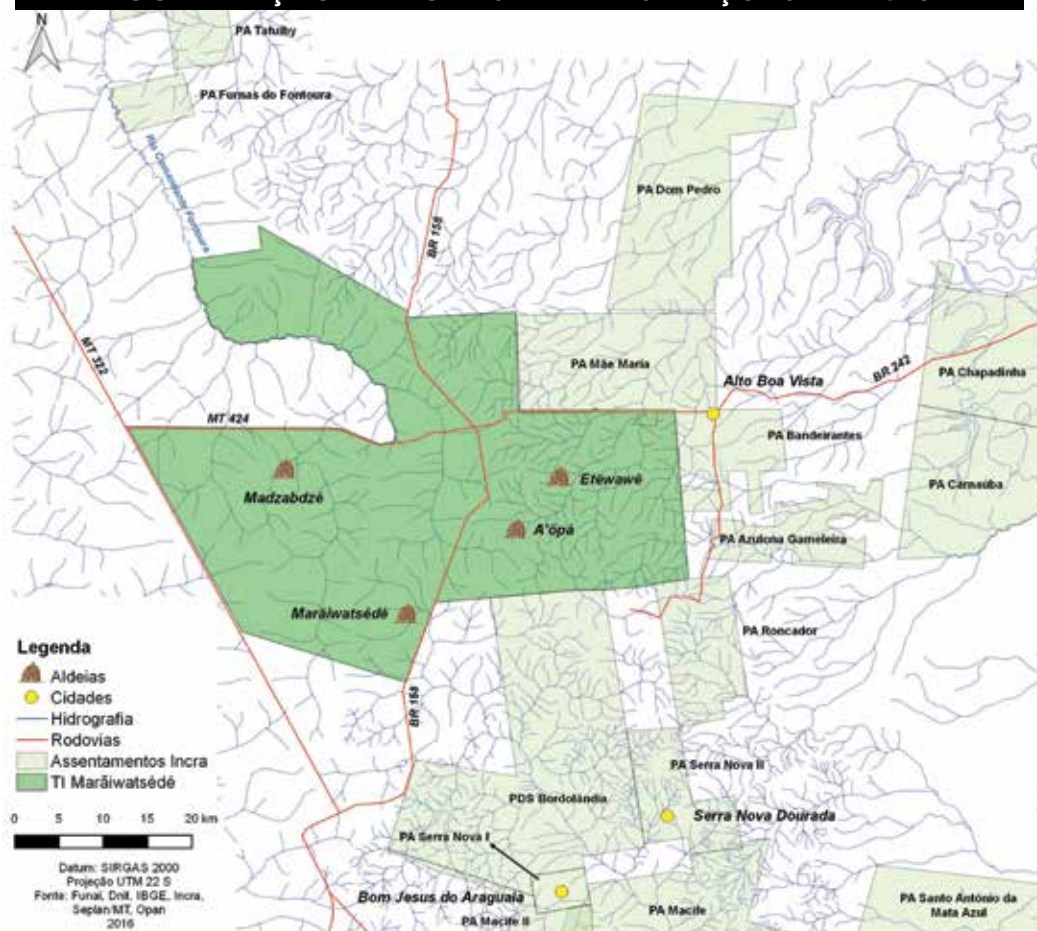
Capacitação  
do grupo de  
mulheres  
coletoras.

Estruturação de  
novas aldeias.

Enriquecimento  
de roças  
e quintais.

Conclusão  
e lançamento  
do PGTA.

**LOCALIZAÇÃO DE NOVAS ALDEIAS E AÇÕES EM 2016**



As novas aldeias já possuem uma estrutura básica com casas e poços artesianos, tendo sido três deles construídos pela OPAN e um pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Consumir uma água de boa qualidade faz toda a diferença para a saúde nas aldeias. Hoje todas elas já têm roças e quintais plantados. Neste ano eleitoral, os Xavante foram em busca de apoio das prefeituras do entorno (São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista), para estruturarem as novas aldeias com os serviços básicos de educação, saúde, abertura e manutenção das estradas. Além disso, reivindicam o desvio da estrada BR-158, que corta o seu território, buscando diminuir a presença de não indígenas e seu impacto social e ambiental.

<b>ALDEIAS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
Marãiwatsédé	699
A'ópá	121
Etêwawê	80
Madzabdzé	60
<b>TOTAL</b>	<b>960 (aprox.)</b>



GABRIEL ULIAN/OPAN



ARTEMA LIMA/OPAN

*Expedição de coleta na TI Marãiwatsédé.*

Para os Xavante as expedições de caça e coleta (*dzo'omori* e *hõmono*) são ações estratégicas da proteção territorial. Além da sua importância na busca de matéria prima para a confecção de artefatos, são também momentos para o fortalecimento dos saberes tradicionais sobre a coleta de sementes e frutos e técnicas de caça. O *dzo'omori* realizado em 2016 contou com a participação de mulheres, homens e diversas crianças. Outros dois momentos marcaram a vigilância territorial dos Xavante: em maio a ameaça de reinvasão articulada por políticos locais e posseiros criou um clima de insegurança, mobilizando os *Irehi* (vigilantes) e lideranças para o aumento do monitoramento e das articulações com parceiros, ações que tornaram visível a situação para os órgãos oficiais. O segundo momento foi em outubro, na realização do *dzo'omori*, onde foram avistadas 16 cabeças de gado dentro do território. Os Xavante fizeram o

registro fotográfico e o georreferenciamento do local, e logo encaminharam o documento para a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal (MPF), que instaurou uma investigação em Barra do Garças sobre o ilícito. Com a implementação do PGTA nos próximos dois anos pretende-se estruturar ainda mais o grupo de *Irehi* com formação, equipamentos e infraestrutura.

A influência dos quintais produtivos na saúde dos Xavante é perceptível e se traduz como um dos resultados de maior alcance do empenho dos indígenas e da intervenção indigenista. Esta ação é realizada através do apoio direto na forma de insumos, sementes e mudas de espécies com interesse cultural. As espécies são escolhidas pelos Xavante pela sua importância alimentar, medicinal e simbólica, que, juntas, fortalecem todo o sistema social e cosmológico. Dados do diagnóstico sobre a diversidade dos

quintais na aldeia Marãiwatsédé realizado em 2016 apontam que de 100% das espécies plantadas no período de 2009 a 2015, 59% sobreviveram (sendo que algumas já viraram árvores e estão produzindo). Este percentual é um resultado positivo servindo de parâmetro para a implementação dos quintais nas novas aldeias.

A situação nutricional em Marãiwatsédé já foi crítica e as dificuldades para a obtenção de alimentos dentro do território antes da desintrusão realizada em 2012 e durante períodos sazonais eram enormes. Neste período, com o plantio de mudas e enriquecimento de quintais, a paisagem da aldeia Marãiwatsédé mudou totalmente. O que antes era predominantemente capim braquiária se converteu em uma riqueza de 9.880 mudas de 61 espécies. Os Xavante também contam com o apoio de parceiros como a Funai, Sesai e a Pastoral da Criança, com ações que contribuíram para diminuir o índice, principalmente de crianças em situação de desnutrição. Em entrevista para o diagnóstico, a enfermeira Sheila,



ARTEMA LIMA/OPAN

A anciã Irene colhendo milho na aldeia Madzábdzé.



do Polo Base de Saúde da aldeia Marãiwatsédé, afirmou: “de 2012 para 2016 melhoraram em 90% os casos de desnutrição. São 203 crianças de zero a cinco anos, havendo apenas 10 crianças com baixo peso e duas desnutridas”.

Cada família cuida de seu próprio quintal, chamado de *Ti'Roptebredzê*. O plantio é realizado no início da estação chuvosa, entre os meses de outubro e novembro e a lista de espécies desejadas é elaborada por eles todos os anos em espaços como o *warã* e em conversas com os grupos familiares. As espécies ligadas aos rituais e artefatos também são cultivadas nos quintais, como o urucum, usado na pintura corporal, o buriti, para a confecção do *wedenhoró* (cordinhas), e o algodão, usado na produção de gravatas e alças para carregar cestos. As mudas nativas do Cerrado que são adaptadas ao solo arenoso predominam e tiveram crescimento rápido. Algumas são hoje árvores bem estabelecidas, produzindo frutos, lenha, provendo sombra e conforto tér-



ARTEMA LIMA/OPAN

mico ao redor das casas. Os indígenas plantaram este ano aproximadamente 2.700 kg de cará, mudas de pequi, buriti, laranja e manga e sementes de algodão, urucum, amendoim, caju, melancia e diversas variedades de abóbora. A escolha de espécies junto aos Xavante se mostra eficiente, promovendo a diversidade nos quintais, com um total de 36 espécies cultivadas. Para os próximos dois anos, pretendemos apoiar o incremento de roças e quintais junto a 100% das famílias das novas aldeias e apoiar as expedições de coleta e caça no território.

Com o apoio do Projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela OPAN, finalizamos a construção de uma casa de sementes e de uma sala de formação estruturada com equipamentos para a capacitação do grupo de mulheres coletoras Xavante, estabelecendo assim um espaço de reuniões e encontros das mulheres para a pesagem e armazenamento das sementes coletadas, sem modificar a forma tradicional de armazenar em suas casas. A compreensão da língua portuguesa ainda é uma barreira para a

autonomia das mulheres junto à Rede de Sementes do Xingu, sendo necessário o acompanhamento de uma assessoria local. Traduzir para as mulheres a forma de funcionamento da rede e em especial o entendimento do pedido/encomenda que deverá nortear a coleta do grupo é de suma importância. Em 2015, pela dificuldade de entendimento da língua o grupo de mulheres acabou coletando a oferta que encontraram na natureza (sementes de embaúba) e não conseguiram vender toda quantidade reunida. Este ano tivemos um melhor resultado com efetividade da coleta do grupo como mostra o quadro abaixo:



ANA LÚCIA SOUSA/ANSA

*Coletoras de Marãiwatsédé participam do Encontro Anual da Rede Sementes do Xingu, em São Félix do Araguaia.*

### HISTÓRICO DE GERAÇÃO DE RENDA DO GRUPO DE COLETORAS DE MARÃIWATSÉDÉ

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Número de coletoras	16	27	78	38	53	40	
Sementes entregues (kg)	30,108	65,925	122,605	274,405	604,615	269,150	<b>1.366,808</b>
Valores recebidos (R\$)	275,89	1.766,44	2.273,53	5.895,23	5.260,55	4.836,00	<b>20.307,64</b>
Sementes não vendidas (kg)					125,563		<b>125,563</b>



### **Apoio ao fortalecimento da Articulação Xingu Araguaia**

#### **AÇÕES:**

- **Aumento da visibilidade e articulação do povo Xavante com diversos atores regionais (indígenas e não indígenas).**
- **Apoio nas reflexões, processo e construção do Plano Estratégico – AXA (2016-2018).**
- **Formação em mudanças climáticas ampliada à comunidade, em encontro da AXA realizado em março de 2016 na cidade de Santa Terezinha.**
- **Elaboração e entrega de uma carta reivindicando o compromisso dos candidatos às prefeituras com as pautas socioambientais e minorias nas regiões onde atuam as organizações da AXA.**

Além da assessoria, usamos uma metodologia diferenciada por meio de entrevistas individuais em que combinamos a forma da coleta com base nas espécies disponíveis nas novas aldeias e também no pedido da rede. Desta forma, foi possível acompanhar o que cada uma coletou orientando quando necessário. Fizemos o cadastro de 40 coletoras que tiveram a ajuda de familiares para realizarem o trabalho, que servirá de linha base para um diagnóstico com informações que nos permitam identificar estratégias para o aprimoramento e a consolidação do grupo. A liderança das coletoras foi exercida nestes últimos anos por Carolina Rewaptu, antes que ela se tornasse cacique da aldeia Madzabdzé. Hoje o grupo, dividido em quatro aldeias, tem o desafio de encontrar novas lideranças em suas localidades para continuar a busca pela sua autonomia.



**APOIO DIRETO DO PROGRAMA MATO GROSSO (2016)****DADOS QUANTITATIVOS**

Aldeias indígenas envolvidas diretamente	<b>21</b>
Jovens indígenas formados em gestão territorial e ambiental	<b>63</b>
Indígenas participando de eventos sobre mudanças climáticas	<b>33</b>
Mulheres participando de fóruns e formações	<b>47</b>
Mulheres (Xavante) que participam do grupo de coletoras de sementes	<b>40</b>
Intercâmbios realizados (Rede Juruena Vivo, sementes e Pajés)	<b>3</b>
Rituais/festas tradicionais apoiados (Manoki, Myky e Nambikwara)	<b>5</b>
Hectares plantados (roças) na TI Manoki	<b>9,7 ha</b>
Apoio à construção de casas tradicionais nas aldeias Manoki e Myky	<b>2</b>
Mudas de banana plantadas na TI Pirineus de Souza	<b>1.500</b>
Mudas (cupuaçu e açaí) plantadas na TI Pirineus de Souza	<b>500</b>
Carás plantados nas aldeias de Marãiwatsédé	<b>2.700 kg</b>
Indígenas treinados/capacitados em mecânica de motores	<b>24</b>
Expedições de monitoramento e vigilância	<b>5</b>
PGTAs sendo implementados (Manoki, Menkü e Pirineus de Souza)	<b>3</b>
PGTA em elaboração (Paresi)	<b>1</b>
PGTA publicado (Marãiwatsédé)	<b>1</b>
Infraestrutura nas TI Manoki, Menkü e Pirineus de Souza (barcos e motores de popa)	<b>6</b>
Materiais de divulgação (camisetas, folders, bolsas e banners)	<b>1.805</b>

# COMUNICAÇÃO

DAFNE SPOLTI E GIOVANNY VERA



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Boletim Arapaima, da OPAN, na aldeia Sororoca, do povo Katukina da Terra Indígena Rio Biá.

---

**O setor de comunicação da OPAN** vem contribuindo com a visibilidade dos povos indígenas e populações tradicionais, para sensibilizar a opinião e o interesse do público em conhecer e compreender suas dinâmicas culturais, as relações que possuem com seus territórios, apontando as necessidades e ameaças que existem. Buscamos, a partir da relação com os indigenistas e da experiência de 48 anos de trabalho da instituição, construir análises críticas, motivando a sociedade a respeitar as diferenças e, quem sabe, aprender com outras formas de vida, geralmente mais ligadas à coletividade e à relação de respeito com a natureza.

Junto aos povos com quem trabalhamos nas aldeias, levamos os materiais produzidos, construindo a relação de um fazer conjunto e fortalecendo os aspectos da identidade e autoestima das pessoas e das organizações indígenas. Pretendemos cada vez mais servir como ponte para a circulação de informações de fora para dentro dos territórios, especialmente onde o acesso a rádio, TV, jornais, e, principalmente internet, é quase inexistente. Os indigenistas e o setor de comunicação estão sempre em diálogo com as comunidades, e isso se configura cada vez mais como desafio de um trabalho específico que deverá ser desenvolvido a partir de metodologias próprias, considerando as questões de idioma e cultura de cada povo, e que consigam tratar dos direitos indígenas, do contexto político e econômico,

sobre a maneira com que tudo isso se relaciona às suas práticas de gestão territorial.

Em 2016, destacamos entre nossas ações associadas aos Programas Mato Grosso, Amazonas e ao Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade, a entrega do dossiê sobre as agressões ambientais sofridas pela Terra Indígena Manoki (MT) à relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, com cobertura jornalística e trabalho de assessoria de imprensa que conquistou o interesse de veículos de comunicação em Mato Grosso. A partir do dossiê, Victoria incluiu o caso dos Manoki em seu relatório, reforçando a necessidade urgente de solução dos conflitos fundiários e a demarcação das terras indígenas no Brasil.

Com apoio da Comunicação foi concluído este ano o Plano de Gestão Territorial do povo Xavante de Marãiwatsédé, apresentado em um belo livro, lançado na aldeia e no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes indígenas nessa cidade e com exposição do fotógrafo Adriano Gambarini. A elaboração dessa importante publicação reflete a força e determinação do povo em promover suas práticas tradicionais e planejar o futuro do seu território frente aos novos desafios.

Outra importante ação foi encabeçada pelo Programa de Direitos Indígenas para fortalecer a atuação da Rede Juruena Vivo, quando foram produzidos 13 programas para transmissão em rádios de Mato Grosso, da bacia do rio Tapajós, sobre as ameaças e consequências da instalação das hidrelétricas, a legislação do licenciamento ambiental, a participação, decisão e garantia de direitos das comunidades nos processos que impactam suas vidas. Além disso, foi realizado o concurso de reportagem com o tema hidrelétricas e direitos humanos, premiando repórteres nas categorias jornalismo impresso e online. Por meio do III Festival Juruena Vivo conquistou-se também visibilidade para os povos do Juruena, Teles Pires e da porção paraense do Tapajós junto à imprensa nacional e internacional.

A defesa da sub-bacia do rio Juruena foi aprofundada ainda em artigo da OPAN com dados impactantes sobre os empreendimentos hidrelétricos da região no livro “Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós”. O texto apresenta um panorama das hidrelétricas da sub-bacia, apontando casos recentes de negligência nos processos de licenciamento e a visão de indígenas afetados. No lançamento, realizado na Câmara dos Deputados e na Universidade de

Brasília (UnB), foram produzidas dezenas de matérias, vídeos, sendo os debates apresentados ao público por meio de transmissão ao vivo.

No Amazonas, estamos envolvidos especialmente com o manejo sustentável de pirarucu e a luta por apoio à atividade, levando ao conhecimento da sociedade e das organizações responsáveis os imensos ganhos deste trabalho para a conservação, a geração de renda e a qualidade de vida das comunidades indígenas e extrativistas. Ressaltamos aí a experiência do povo Paumari, que tem verdadeira excelência nos procedimentos do manejo, e do povo Deni do rio Xeruã, que vem trabalhando passo a passo a atividade, realizando, com sucesso, sua primeira pesca experimental em 2016.

Também produzimos matérias voltadas à saúde dos moradores da Terra Indígena Rio Biá, do povo Katukina, apontando a necessidade de controle da malária na aldeia Gato, onde há epidemia todos os anos, e da necessidade de atendimento à aldeia Terra Alta. Isso, somado a articulação das equipes junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Tefé (DSEI), responsável pela área, contribuiu para a construção de um caminho de controle efetivo da malária e, para a realização histórica do primeiro atendimento de saúde da aldeia Terra Alta.

Nos últimos anos e em 2016 buscamos fortali-

cear nossos laços com a sociedade e com os veículos de comunicação, especialmente em Mato Grosso e no Amazonas, o que esperamos melhorar ainda mais, para contribuir com a circulação das notícias e com a produção de materiais jornalísticos que contextualizem as informações, um direito fundamental, e as apresente, sempre com foco no interesse coletivo e na garantia dos direitos humanos. Estamos abertos para responder quaisquer dúvidas e colocamos nossas publicações à disposição do público e da imprensa.

## FALE CONOSCO

**(65) 3322-2980**

**comunicacao@amazonianativa.org.br**

**www.amazonianativa.org.br**



**/operacaoamazonianativa**



**/OperacaoAmazoniaNativa**



**@amazonianativa**

# Sustentabilidade

# FINANCEIRA

ROCHELE FIORINI

Em 2016 a OPAN recebeu recursos de diferentes financiadores para atender demandas institucionais e das populações tradicionais e indígenas, conforme objetivos estratégicos propostos para este período, voltados ao fortalecimento das associações comunitárias, à gestão territorial e à garantia de direitos dos povos com quem trabalhamos no Amazonas e em Mato Grosso.

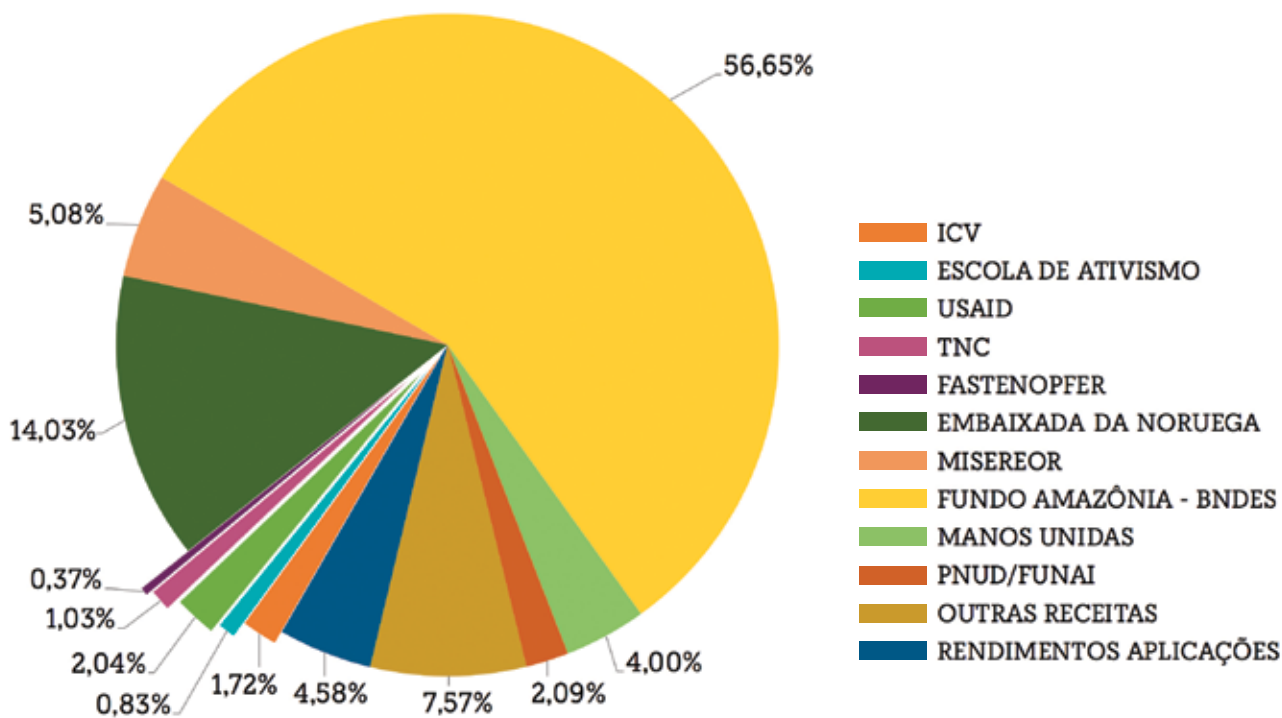
A maior parte dos recursos deste último ano se destinava às ações desenvolvidas no âmbito dos programas da OPAN com enfoque para atividades fim como contratação de indigenistas, deslocamentos para as áreas de atuação, infraestrutura, realização das atividades das comunidades envolvidas. Dessa

forma, e considerando o corte de recursos do último ano, a OPAN conta com quantias financeiras reduzidas para os custos fixos da instituição, como a manutenção da sede e o pagamento de alguns salários, situação esta que dificulta a vida institucional.

Diante desta realidade, houve mudanças na estratégia de captação de recursos institucionais para fortalecer as ações neste campo, como articulações interinstitucionais, realização de eventos e uso de ferramentas para buscar a doação de pessoas físicas e jurídicas, o que é estratégico para a OPAN. Através disso, podemos continuar a nossa atuação indigenista com os povos com quem trabalhamos há mais de 48 anos.



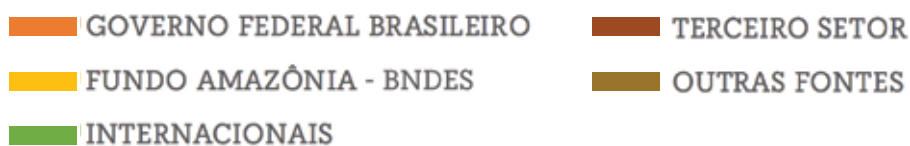
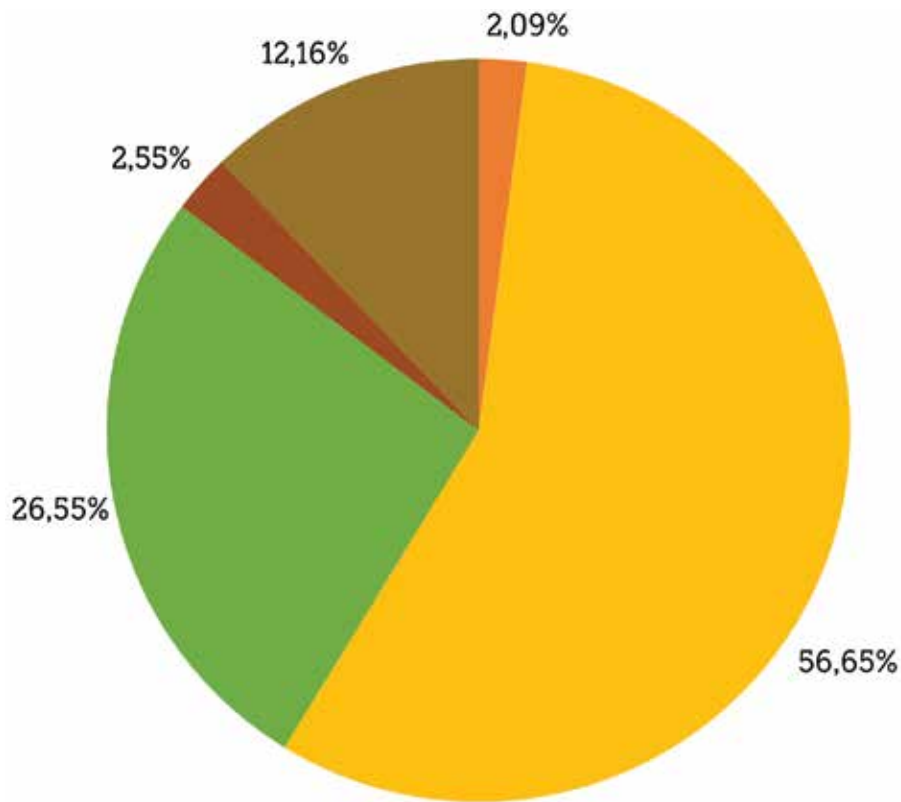
# Receitas



RECEITAS	R\$	
ICV	79.040,93	1,72%
ESCOLA DE ATIVISMO	37.885,83	0,83%
USAID	93.475,78	2,04%
TNC	47.123,04	1,03%
FASTENOPFER	16.868,18	0,37%
EMBAIXADA DA NORUEGA	643.081,29	14,03%
MISEREOR	232.821,59	5,08%
FUNDO AMAZÔNIA - BNDES	2.596.090,22	56,65%
MANOS UNIDAS	183.528,56	4,00%
PNUD/FUNAI	95.840,25	2,09%
OUTRAS RECEITAS	347.083,64	7,57%
RENDIMENTOS APLICAÇÕES	210.092,86	4,58%
<b>TOTAL</b>	<b>4.582.932,17</b>	<b>100,00%</b>



## Fontes de recursos



<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>	
GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO	95.840,25	2,09%
FUNDO AMAZÔNIA - BNDES	2.596.090,22	56,65%
INTERNACIONAIS	1.216.898,44	26,55%
TERCEIRO SETOR	116.926,76	2,55%
OUTRAS FONTES	557.176,50	12,16%
<b>TOTAL</b>	<b>4.582.932,17</b>	<b>100,00%</b>

# Despesas

<b>DESPESAS</b>	<b>R\$</b>	
DESPESAS FIXAS SEDE OPAN	109.741,73	2,42%
DESPESAS FIXAS REGIONAIS	150.732,96	3,32%
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	11.418,33	0,25%
DESPESAS COM SALÁRIOS	1.545.701,03	34,10%
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	59.834,82	1,32%
ENCARGOS SOCIAIS	557.436,20	12,30%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	158.996,24	3,51%
AÇÕES DE CAMPO	1.690.317,74	37,29%
COMUNICAÇÃO	249.267,35	5,50%
<b>TOTAL</b>	<b>4.533.446,40</b>	<b>100,00%</b>



## *Seja um doador* \_\_\_\_\_

A OPAN desenvolve seus projetos em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente graças à contribuição de pessoas e instituições.

**Apoie você também!**

---

### **DADOS BANCÁRIOS**

**OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA**  
CNPJ **93.017.325/0001-68**

**IBAN**  
BR9500000000033250000218081C1

**BANCO DO BRASIL**  
Agência: **3325-1**  
Conta corrente: **21.808-1**

**SWIFT**  
BRASBRRJBSA

---

# Equipe OPAN 2016

## CONSELHO DIRETOR

### Presidente

Edmundo Antonio Peggion

### Secretário

Fernando Penna Sebastião

### Tesoureiro

Marcelo Carlos Moreira

## CONSELHO FISCAL

Rosa Maria Monteiro

Juliana de Almeida

Carolina Delgado de Carvalho

## COORDENAÇÃO EXECUTIVA

### Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

### Coordenadora técnica

Lola Campos Rebollar

### Coordenadora financeira

Rochele Fiorini

## SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Ariane Proença Alves Chagas

Lucirlene Pereira da Silveira

Luiz Antonio Maciel Rocha

Jonia Fank

## SETOR DE COMUNICAÇÃO

Mel Mendes

Giovanny Vera

Dafne Spolti

## PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS

### Coordenadora

Andreia Fanzeres

### Equipe

Victor Amaral Costa

## PROGRAMA AMAZONAS

### Coordenador

Gustavo Falsetti V. Silveira

### Região Purus

#### Indigenistas

Diogo Henrique Giroto

Magno Lima dos Santos

### Auxiliares de logística

Carlos Rodrigues Araujo

Francisco Pinheiro de Souza

### Região Juruá-Solimões

#### Coordenador de projeto

Vinicius Benites Alves

#### Coordenador de campo

Leonardo Pereira Kurihara

#### Indigenistas

Edemar Treuherz

Renato Rodrigues Rocha

Tarsila dos Reis Menezes

Rodrigo Tawada

Antonio Miranda

de Andrade Neto

### Auxiliares de logística

Antonio das Chagas de Paula

Evaldo Costa Ferreira

## PROGRAMA MATO GROSSO

### Coordenadora

Artema Lima

### Região Noroeste

#### Coordenador de campo

Fabiano Rodrigues da Matta

#### Indigenistas

Catiúscia Custódio de Souza

Luana Fowler Fatori

Rodrigo Ferreira Barros

Lucinaldo Soares Gomes

Sandra Helena Maia

### Região Araguaia

#### Coordenadora de campo

Liebe Lima

#### Indigenistas

Diego Schmith Gino

Gabriel Ulian

### Auxiliar de logística

Elizabete Carolina P. Zaratim

# Expediente

---

## EDIÇÃO

Dafne Spolti, Giovanni Vera e  
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

## REVISÃO

Dafne Spolti  
Giovanni Vera  
Vinícius Benites Alves  
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

## FOTO DA CAPA:

Adriano Gambarini/OPAN

## PROJETO GRÁFICO:

Olívia Ferraz

## OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Avenida Ipiranga, 97, bairro Goiabeiras  
Cuiabá-MT, CEP 78032-035  
Telefone: +55 (65) 3322-2980

Avenida 22 de Outubro, 1759, Centro  
Lábrea-AM, CEP 69830-000  
Telefone: +55 (97) 3331-1737

[comunicacao@amazonianativa.org.br](mailto:comunicacao@amazonianativa.org.br)

[facebook.com/amazonianativa](https://facebook.com/amazonianativa)

twitter: @amazonianativa

[www.amazonianativa.org.br](http://www.amazonianativa.org.br)

# Apoiadores

---





*Crianças Deni da aldeia  
Itaúba – TI Deni.*





**OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA**

Av. Ipiranga, 97, bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT – CEP 78032-035

**+55 (65) 3322-2980**

[www.amazonianativa.org.br](http://www.amazonianativa.org.br)